

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	16.194.159	14.174.359
1.01	Ativo Circulante	5.030.940	5.554.987
1.01.01	Disponibilidades	34.904	30.979
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.940.708	1.438.494
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.806.144	1.313.232
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	166.838	157.536
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	682.439	1.042.155
1.01.03.01	Carteira Própria	564.882	800.704
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	115.212	220.109
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	2.345	21.342
1.01.04	Relações Interfinanceiras	307.781	391.799
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10.415	984
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	296.754	390.727
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	612	88
1.01.06	Operações de Crédito	1.678.676	2.223.090
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	201.797	352.415
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.642.010	2.028.215
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-165.131	-157.540
1.01.08	Outros Créditos	385.172	427.446
1.01.08.01	Carteira de Cambio	55.082	52.789
1.01.08.02	Rendas a Receber	55.370	133.464
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	136	219
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	43.132	39.707
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	1.303	325
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	18.819	14.406
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	165.990	169.117
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	60	32
1.01.08.09	Diversos	47.225	18.542
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-1.945	-1.204
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	0	49
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.260	1.024
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.913	1.677
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-670	-670
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	17	17
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.832.543	8.307.632
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.435.483	6.000.202
1.02.02.01	Carteira Própria	8.406.811	5.996.312
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	178	0
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	28.494	3.890
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.227.304	1.288.427
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	121.643	31.157
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.195.795	1.300.729
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-90.134	-43.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.07	Outros Créditos	1.157.187	1.006.434
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	1.135.482	984.658
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	0	73
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	21.705	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	0	-2
1.03	Ativo Permanente	330.676	311.740
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	160.882	166.017
1.03.02.01	Imóveis de Uso	62.191	61.326
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	190.064	199.372
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-139.402	-142.710
1.03.04	Intangível	169.527	145.456
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	290.081	253.759
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-120.554	-108.303

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	16.194.159	14.174.359
2.01	Passivo Circulante	9.347.484	7.696.583
2.01.01	Depósitos	2.913.878	2.528.151
2.01.01.01	Depósitos à Vista	672.536	663.835
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	508.792	501.247
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	22.435	12.531
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.710.115	1.350.538
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	114.998	220.010
2.01.02.01	Carteira Própria	114.998	220.010
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	448.139	377.676
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	448.139	377.676
2.01.04	Relações Interfinanceiras	16.537	39
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16.537	39
2.01.05	Relações Interdependências	3.600	5.187
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	3.403	3.819
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	197	1.368
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	53.379	51.332
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	53.379	51.332
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	117.553	115.825
2.01.07.01	Tesouro Nacional	27.304	28.705
2.01.07.02	BNDES	50.705	46.612
2.01.07.04	Finame	39.422	40.365
2.01.07.05	Finep	122	143
2.01.09	Outras Obrigações	5.679.400	4.398.363
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	17.099	2.956
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.161	82
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	6.143	24.413
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	23.879	230.126
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	0	52
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	4.752.341	3.265.636
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	88.073	109.426
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	165.577	513.463
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	27	99
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	60.808	59.081
2.01.09.11	Cheques Administrativos	88	1.518
2.01.09.12	Credores Diversos	58.927	58.126
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	12
2.01.09.14	Passivos Atuariais	79.365	88.950
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	2.408	44.423
2.01.09.16	provisão p/ garantias financeiras	423.493	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.881.860	4.518.087
2.02.01	Depósitos	363.562	437.786
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	363.562	437.786
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	641.744	633.365
2.02.07.01	Tesouro Nacional	935	1.932

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.07.02	BNDES	499.680	465.360
2.02.07.04	Finame	140.146	164.804
2.02.07.05	Finep	983	1.269
2.02.09	Outras Obrigações	3.876.554	3.446.936
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	210.909	7.163
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	184.909	194.455
2.02.09.03	Passivos Atuariais	699.606	626.669
2.02.09.04	Diversas	790.416	1.618.650
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.02.09.06	Provisão p/ garantias financeiras	990.715	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.964.815	1.959.689
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	22.932	23.539
2.05.03.01	Ativos Próprios	22.932	23.539
2.05.04	Reservas de Lucro	866.804	856.998
2.05.04.01	Legal	121.629	121.006
2.05.04.02	Estatutária	745.175	735.992
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-544.508	-546.353
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.918	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	340.010	1.087.512	387.924	1.147.480
3.01.01	Operações de Crédito	99.786	334.607	128.747	406.426
3.01.02	Resultado Operações Tit. Val. Mobiliários	242.249	749.666	256.213	741.645
3.01.03	Resultado com Instrum. Fin.Derivativos	-917	-2.671	-446	-4.001
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	-1.108	5.910	3.410	3.410
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-208.948	-741.713	-208.595	-564.670
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-64.196	-216.786	-83.391	-236.899
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-113.098	-341.796	-89.849	-243.482
3.02.03	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	0	-7.712
3.02.04	Provisão Operações de Crédito e Outros	-31.654	-183.131	-35.355	-76.577
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	131.062	345.799	179.329	582.810
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-80.792	-199.212	-152.667	-271.689
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	155.694	518.869	143.325	494.499
3.04.02	Despesas de Pessoal	-130.317	-389.035	-141.932	-409.715
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-69.859	-202.607	-66.090	-196.329
3.04.04	Despesas Tributárias	-24.793	-80.754	-25.321	-82.901
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	195.451	582.521	162.209	585.673
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-206.968	-628.206	-224.858	-662.916
3.05	Resultado Operacional	50.270	146.587	26.662	311.121
3.06	Resultado Não Operacional	912	18.079	85	6.242
3.06.01	Receitas	1.053	18.737	427	6.806
3.06.02	Despesas	-141	-658	-342	-564
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	51.182	164.666	26.747	317.363
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-93.032	-303.328	-106.445	-332.223
3.09	IR Diferido	35.730	145.004	16.198	38.895
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	-2.550
3.10.01	Participações	0	0	0	-2.550
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-6.120	6.342	-63.500	21.485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-0,20644	0,21392	-2,14196	0,72470

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.120	6.342	-63.500	21.485
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.255	2.451	-3.202	-23.882
4.02.02	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-10.762	6.650	-5.674	-40.895
4.02.04	Realização da Reserva de Reavaliação	368	1.103	368	1.103
4.02.05	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	4.139	-5.302	2.104	15.910
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.375	8.793	-66.702	-2.397

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.937.041	1.793.978
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	668.007	688.821
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	6.342	21.485
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	28.253	25.796
6.01.01.06	Provisão Op. de Crédito e Outros Créditos	183.180	103.621
6.01.01.08	Reversão de outras provisões operacionais	-501	0
6.01.01.09	Reversão de provisões para operações de crédito	0	-26.354
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-254	-327
6.01.01.12	Despesa Provisão p/ Passivos Contingentes	261.318	263.669
6.01.01.13	Despesa Provisão p/ Risco do FNO	333.989	370.414
6.01.01.14	Reversão Provisões para Outros Créditos	-49	-690
6.01.01.15	Reversão de Provisões para operações do FNO	0	-59.289
6.01.01.16	Despesas de provisão para ativos atuariais	632	1.138
6.01.01.17	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-remuneração	2.408	19.283
6.01.01.18	Resultado com variação cambial	-2.621	8.895
6.01.01.19	IR e CS Diferidos	-145.004	-38.893
6.01.01.20	Baixa do Intangível	314	73
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.269.034	1.105.157
6.01.02.01	Redução em Títulos e Valores Mobiliários para negociação	267.342	238.465
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-236	-184
6.01.02.03	(Aumento) em Aplic. Interf. Liquidez	-9.302	-9.269
6.01.02.04	Redução em Rel. Interf. e Interd.	98.928	14.717
6.01.02.05	Redução em Operações de Crédito	424.207	246.325
6.01.02.06	(Aumento)/Redução em Outros créditos	40.116	1.078
6.01.02.07	Aumento/(Redução) em Depósitos	311.503	-118.917
6.01.02.08	Aumento em Obrig. Empr. Repasses	12.155	7.333
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em Captações Mercado Aberto	-34.549	87.728
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	1.283.950	768.583
6.01.02.12	IR e CS pagos	-125.080	-130.702
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.375.267	-1.242.488
6.02.01	(Aumento) em Títulos Disponíveis p/ Venda	-3.557.038	-2.537.056
6.02.02	Adição em Imobilizados de Uso	-12.190	-6.701
6.02.03	Alienação do Imobilizado de Uso	585	508
6.02.04	Aplicação do Intangível	-35.898	-45.918
6.02.08	Redução em TVM mantidos até o vencimento	73.538	304.112
6.02.11	Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.191.711	1.440.810
6.02.12	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-35.975	-398.243
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-64.937	-160.466
6.03.02	Instrum.de Dívida Elegíveis a Capital - pagos	-46.153	-89.154
6.03.03	juros sobre capital próprio pagos	-18.784	-71.312
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	496.837	391.024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.344.211	347.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.841.048	738.704

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	6.342	0	6.342
5.05	Destinações	0	0	0	9.806	-12.867	0	-3.061
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.061	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	9.806	-9.806	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	9.806	-9.806	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.845	1.845
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	15.143	15.143
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-13.298	-13.298
5.12	Outros	0	0	-607	0	607	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.103	0	1.103	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. Reavaliação	0	0	496	0	-496	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	22.932	866.804	-5.918	-544.508	1.964.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.485	0	21.485
5.05	Destinações	0	0	0	65.105	-85.390	0	-20.285
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-20.285	0	-20.285
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	65.105	-65.105	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	65.105	-65.105	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-24.489	-24.489
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.808	1.808
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-26.297	-26.297
5.12	Outros	0	0	-607	0	607	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.103	0	1.103	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. Reavaliação	0	0	496	0	-496	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	23.741	829.348	-63.298	-514.427	1.900.869

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	2.023.850	2.149.605
7.01.01	Intermediação Financeira	1.087.512	1.139.768
7.01.02	Prestação de Serviços	518.869	494.499
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-183.131	-76.577
7.01.04	Outras	600.600	591.915
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-558.582	-480.382
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-791.493	-822.950
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-31.581	-31.967
7.03.02	Serviços de Terceiros	-131.706	-128.067
7.03.04	Outros	-628.206	-662.916
7.04	Valor Adicionado Bruto	673.775	846.273
7.05	Retenções	-28.253	-25.796
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.253	-25.796
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	645.522	820.477
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	645.522	820.477
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	645.522	820.477
7.09.01	Pessoal	318.753	343.416
7.09.01.01	Remuneração Direta	240.027	267.595
7.09.01.02	Benefícios	58.791	56.366
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.935	19.455
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	309.361	445.077
7.09.02.01	Federais	302.804	439.028
7.09.02.02	Estaduais	18	49
7.09.02.03	Municipais	6.539	6.000
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.066	10.499
7.09.03.01	Aluguéis	11.066	10.499
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.342	21.485
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	20.285
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.342	1.200

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao terceiro trimestre de 2017, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A economia mundial apresentou bom desempenho no trimestre encerrado em setembro com crescimento sincronizado na maioria dos países desenvolvidos. A continuidade de políticas monetárias acomodáticas surtiu os efeitos esperados pelas autoridades monetárias e provocou crescimento econômico nos EUA, Japão e União Europeia. Além disso, a economia chinesa seguiu crescendo acima de 6,5%, na taxa anual, o que ajudou a impulsionar a economia global e favoreceu a alocação de capital nas economias emergentes.

No contexto interno, a retomada do crescimento econômico brasileiro foi perceptível. O consumo real das famílias aumentou 0,74% no segundo trimestre de 2017 em comparação com o mesmo período do ano anterior sendo um dos maiores responsáveis pelo crescimento do PIB. O setor industrial, o mais afetado pela crise econômica, passou a apresentar desempenho mensal positivo a partir de abril de 2017 e teve crescimento de 4,8% em agosto de 2017 frente ao mês anterior. A agricultura bateu todos os recordes no que se refere à produção e produtividade com a previsão de aumento de 30,3% da produção em setembro de 2017. O crédito, apesar dos resultados ainda negativos na concessão às pessoas jurídicas, tem aumentado no segmento de pessoas físicas. A inflação passou a ter comportamento benigno, através da ancoragem das expectativas dos agentes econômicos – a taxa medida em 12 meses, até setembro de 2017, situou-se abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No âmbito regional as economias dos estados amazônicos também têm demonstrado recuperação na maioria dos indicadores setoriais. As vendas no comércio varejista, com exceção de Roraima, aumentaram em agosto de 2017 contra o mesmo mês do ano anterior. Já a produção industrial cresceu no Amazonas, Pará e Mato Grosso. O saldo do comércio exterior na Amazônia Legal cresceu 16,93% de janeiro a setembro de 2017, contra o mesmo período de 2016, destacando-se o aumento significativo de 49,41% do saldo comercial no estado do Pará.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Banco da Amazônia, buscando fortalecer e aperfeiçoar o seu Planejamento Estratégico, a Administração mantém constante avaliação do seu conteúdo e forma de execução de modo a identificar e ponderar a necessidade de adaptá-lo ao contexto econômico, social, ambiental, tecnológico e regulatório, o qual exige respostas efetivas e um contínuo alinhamento a essas transformações.

Alinhado à Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), o Banco vem aprimorando o modelo de elaboração, monitoramento e acompanhamento do Planejamento Estratégico e, dentre as iniciativas, destaca-se a aquisição de um novo sistema de gestão que possibilitará, principalmente, centralizar as iniciativas corporativas, sejam: Projetos Corporativos, Programas de Resultado, Programas de Avaliação e Reconhecimento e, Planos de Ação. Atualmente, o sistema está em processo de homologação (testes e simulações). A perspectiva é que o sistema esteja em pleno funcionamento logo no primeiro semestre de 2018.

O Plano Estratégico do Banco tem compromisso com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, através das novas Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais.

A nova Missão destaca o papel do Banco de desenvolver uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes. Enquanto que a Visão demonstra seu direcionamento estratégico na busca de Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos, pautado por um conjunto de valores institucionais: Integridade – Ética e Transparência; Meritocracia; Desenvolvimento sustentável; Valorização do cliente; Decisões técnicas e colegiadas; Eficiência e inovação; e Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

Projetos Corporativos

Entre as principais iniciativas do Banco, destacam-se os Projetos Corporativos que estão alinhados às estratégias de negócios e melhor governança: que exigem ação institucional:

Novo Modelo de Gestão de Pessoas do Banco da Amazônia e Implantação de Solução de Recursos Humanos: com a reestruturação do sistema de Gestão de Pessoas o Banco visa manter colaboradores capacitados e motivados, para tanto contratou empresa especializada que está incorporando novas políticas, diretrizes e processos de gestão de pessoas realizando a migração das informações de RH para a nova solução.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



Projeto Centralização do Crédito: com a remodelagem do processo de crédito do Banco, por meio da centralização das etapas de análise, acompanhamento e recuperação de crédito, segregando-as das agências e superintendências, o Banco objetiva alcançar a eficiência no processo de crédito e garantir o foco na eficiência operacional.

Projeto Gestão Integrada de Riscos e de Capital: vinculado ao objetivo estratégico – Fortalecer a Governança Corporativa, o projeto tem por objetivo a implantação de estrutura de gestão integrada de riscos e de capital em atendimento à Resolução CMN Nº 4.557, de 23/02/2017, que dispõe sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e a Estrutura de Gerenciamento de Capital (Novo alicerce para Gestão de Riscos e Capital), está na etapa de execução com previsão para conclusão em fevereiro de 2018.

Programa Supera Mais 2017 – “Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!”

O Programa Supera Mais é o instrumento de gestão utilizado para avaliar o desempenho e alinhar as ações das unidades quanto ao cumprimento das metas e objetivos estratégicos. É composto pelas perspectivas: “Mais Resultado”; “Mais Negócios”; “Mais Controles”; “Desenvolvimento Sustentável”; “Mais Clientes”; “Bônus Estratégico” e “Mais Conhecimento e Aprendizado”. Até o terceiro trimestre de 2017, destaca-se o desempenho nas seguintes perspectivas:

Perspectiva	Indicador	3º Trimestre 2017		Conceito
		Atingimento da meta em	R\$ - milhões (saldo médio)	
Mais Negócios	Captação de Recursos	85%	3.302,2	Composto pelos volumes de saldo médio de depósito à vista, a prazo, poupança, reinvestimento e LCA
	Crédito Comercial	68%	1.581,1	Contempla os volumes das carteiras de Crédito Geral e de Câmbio.
Mais Clientes	Limite de Crédito	72%	-	Considera o percentual de clientes com limite de crédito aprovado e vigente em relação à quantidade de cliente constante no público alvo.
Mais Resultado	Recuperação de Crédito	90%	113,9	Considera o volume de receitas das operações renegociadas/recuperadas de responsabilidade de risco do Banco.
	Receita de Tarifas	65%	93,0	Verifica o volume dessa receita, acumulada até o período de apuração.
Desenvolvimento Sustentável	Apoio ao Pequenos Portes	60%	1.277,6	Mede o volume de crédito de fomento contratado para os Pequenos Portes - PRONAF, MPE, Portes, Empreendedor Individual, Fomento PF, Pequeno e Pequeno Médio PF e PJ.
	Outros Programas de Governo	52%	162,7	Apura o volume de crédito de Fomento contratado para os demais Programas de Governo - Programa de Apoio a Cultura, Plano de Incentivo ao Turismo, FNO ABC e Biodiversidade.

Fonte: NSISARD.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

O resultado até o 3º trimestre de 2017 é de R\$6,3 milhões (R\$21,5 em igual período de 2016), enquanto que o 3º trimestre deste ano apresentou prejuízo de R\$6,1 milhões (prejuízo de R\$63,5 milhões em igual período de 2016), ocasionado, principalmente, por redução de receitas e aumento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional acumulado apresentou queda de 52,9%, passando de R\$311,1 milhões em 2016 para R\$147,0 milhões em 2017. As maiores variações ocorreram em:

- Receitas de Operações de Crédito – redução de 17,7%, com destaque para queda de 15,4% nas rendas de operações de créditos comparativamente ao mesmo período de 2016;
- Despesas de obrigação para empréstimos e repasses – crescimento de 40,4%, em razão de maior remuneração da disponibilidade do FNO;
- Provisão para operações de crédito – crescimento no ajuste da provisão de 76,1%;
- Receitas de prestação de serviços - aumento de 5,9% especialmente nas rendas de administração dos fundos, em razão do maior volume de repasse dos recursos do FNO;
- Provisão risco FNO – redução de 9,8%, decorrente de renegociações e liquidações com base na Lei nº 13.340/2016.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



Crédito

Vinculado ao Objetivo Estratégico – Alcançar excelência no processo de crédito e Ter Foco na eficiência operacional, foi dada continuidade, no 3º trimestre de 2017, à implantação das centrais de crédito do Banco, com a inauguração da Central de Crédito PA I e PA II.

O objetivo da Central é a remodelagem do processo de crédito, através da centralização das etapas de análise, acompanhamento e recuperação de crédito, segregando-as das Agências e Superintendências.

Fomento

Durante o 3º trimestre teve continuidade à “Rota do FNO”, programa voltado para dinamizar a aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) por meio da divulgação das linhas de crédito, prazos e taxas de juros e para estreitar o relacionamento junto ao seu público alvo: empreendedores de todos os portes da cadeia produtiva.

Ampla divulgação foi dada sobre os benefícios Lei nº 13.340/2016, que autoriza a renegociação e liquidação das dívidas do crédito rural, com abatimentos de até 85%, cuja execução já foi implantada e está obtendo resultados positivos para a Instituição e para os clientes do segmento rural.

Também foi realizado o Seminário FNO Itinerante em diversos estados da Região Amazônica disseminando informações sobre o crédito de longo prazo com recursos do FNO, divulgando programas e linhas de financiamento e tratando, também, dos benefícios da Lei 13.340/2016 para negociação e liquidação de dívidas.

Os recursos do FNO liberados de janeiro até setembro de 2017 foram distribuídos em:

PROGRAMAS FNO	3º Trimestre 2017		3º Trimestre 2016		% (Valores)
	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	
Micro e Pequenas Empresas (MPEs)	1.922	270,0	2.006	346,9	(22,2)
Microempreendedores Individuais (MEI)	722	4,4	926	5,7	(23,2)
Microcrédito Produtivo Orientado – Programa Ama	32.661	65,8	28.571	61,2	7,5
Microcrédito Urbano	30.850	60,2	25.782	51,9	16,0
Microcrédito Rural	1.811	5,6	2.789	9,3	(40,2)
Agricultura Familiar	7.414	235,3	12.077	305,5	(23,0)
FNO ABC	88	67,0	110	79,5	(15,8)
FNO-Biodiversidade	104	39,9	111	27,8	43,6
FNO-Amazônia Sustentável	3.452	1.664,8	3.476	1.690,7	(1,5)

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper e NSISARD.

O crédito de fomento contratado totalizou R\$2.018,0 milhões, um crescimento de 24,9% com relação ao mesmo período de 2016 (R\$1.192,3 milhões).

PORTE	FNO - Contratações por Porte do Beneficiário				% Valores
	3º Trimestre 2017		3º Trimestre 2016		
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Mini/micro	8.247	335,6	12.317	396,6	(15,4)
Pequeno	2.211	575,3	2.069	576,3	(0,2)
Pequeno/Médio	255	289,1	270	284,4	1,7
Médio	151	391,0	85	209,1	87,0
Grande	59	427,0	31	149	187,0
TOTAL	10.923	2.018,0	14.772	1.615,2	24,9%

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



FNO - Contratações por Setor Econômico					
ATIVIDADE ECONÔMICA	3º Trimestre 2017		3º Trimestre 2016		% Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Rural	8.255	1.356,6	12.210	1.198,4	13,2
Industrial	147	108,1	137	79,6	35,8
Infraestrutura	1	1,6	-	-	-
Comércio e Serviços	1.668	517,6	1376	306,1	69,1
Demais não rurais	852	34,1	1049	31,1	9,6
TOTAL	10.923	2.018,0	14.772	1.615,2	24,9%

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

FNO - Contratações por Estado				
ESTADO	3º Trimestre 2017		3º Trimestre 2016	
	R\$ - milhões	Participação %	R\$ - milhões	Participação %
Acre	83,5	4,1	112,0	6,9
Amapá	14,0	0,7	22,1	1,4
Amazonas	99,1	4,9	123,5	7,6
Pará	844,1	41,8	434,3	26,9
Rondônia	499,5	24,8	444,8	27,5
Roraima	22,6	1,1	63,4	3,9
Tocantins	455,2	22,6	415,1	25,7
TOTAL	2.018,0	100,0	1.615,2	100,0

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Comercial

O saldo da carteira comercial no final do 3º trimestre de 2017 foi de R\$1.123,1 milhões (R\$1.282,9 milhões no 3º trimestre de 2016). As linhas de crédito disponibilizadas são voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

Títulos e Valores Mobiliários

Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) - A carteira de TVM permanece como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do terceiro trimestre de 2017, esta carteira alcançou o montante de R\$9.118,0 milhões. A Carteira está composta por 84,1% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 15,9% de títulos privados são compostos, na maioria, por letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures de grandes empresas (*ratings* AAA, AA e A).

O Resultado das operações com títulos e valores mobiliários atingiu R\$749,7 milhões, contra R\$741,6 milhões no mesmo período do ano anterior.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$735,0 milhões, classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento", bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Captação de Recursos

Depósitos: essa captação encerrou o 3º trimestre de 2017 com saldo de R\$2.913,9 milhões, tendo como maior participação os depósitos a prazo, correspondendo a 58,7% desse total.

LCA: as "Letras de Crédito do Agronegócio" (LCA) encerraram o 3º trimestre/2017 com saldo de R\$448,1 milhões, gerando um custo de captação de R\$18,9 milhões.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



Obrigações por Repasses: para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco dispõe de outras fontes, especialmente BNDES/FINAME e FDA. O saldo dessas captações, exceto câmbio, no encerramento do 3º trimestre de 2017 é de R\$759,3 milhões.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 3º trimestre de 2017, com Patrimônio Líquido de R\$1.970,9 milhões, incremento de 0,3% em relação ao mesmo período de 2016 (R\$1.964,4 milhões).

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 3º trimestre de 2017 encerrou com índice de 15,5% (17,0% no 3º trimestre de 2016).

4. PERSPECTIVAS PARA O 4º trimestre de 2017

Para os últimos meses do ano, o Banco está incentivando à demanda do mercado de crédito, incrementando os negócios, especialmente na região amazônica, se destacando em meio de revitalização e reordenação do mercado. No âmbito interno, diversas ações estão sendo executadas objetivando otimizar os seus resultados.

As principais ações específicas para os últimos meses do ano são: readequação de regras e parâmetros de crédito; mantendo foco na elevação das receitas de tarifas de operações e em operações de custeio e de ciclo curto.

A instalação das demais centrais de crédito permitirá que a rede de agências passe a estar mais voltadas à prospecção e geração de negócios, ao bom atendimento de clientes e à venda de produtos e serviços. Contribui também para melhor segregação, independência, impessoalidade, especialização e agilidade no atendimento das demandas dos clientes para o processo de crédito.

Visando uma maior eficiência no crédito, o Banco está buscando aprimorar o serviço em áreas ainda mais especializadas, como: Central de Cadastro; Central de Agronegócio; Central de PRONAF; Central de Varejo e Central de Grandes Negócios.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia possui uma Comissão de Ética (COMET) que é responsável pela gestão do Código de Conduta da empresa. Compete à Comissão conduzir ações educativas, consultivas, preventivas, conciliadoras e repressivas sob o tema ética. No trimestre, o código foi revisado e disponibilizado como cartilha para todos os funcionários.

Contribuindo para um dos princípios básicos da Governança Corporativa, que é a transparência, o Banco, neste trimestre, passou a adotar em seus procedimentos licitatórios eletrônicos o sistema COMPRASNET – SIASG - Portal de Compras Governamentais – sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos e entidades integrantes do SISG – Sistema de Serviços Gerais, gerido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que tem por finalidade a integração da administração pública federal e a coordenação das atividades de logística pública com vistas a maior eficiência.

O Portal permite aos usuários uma melhora na apresentação das informações e padroniza o canal de comunicação entre a administração pública, os fornecedores e a sociedade, além de realizar a gestão do conhecimento e da comunicação.

6. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar e reportar as exposições a riscos relevantes para a instituição. Possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco, mantendo equipe dedicada e qualificada para a adequada gestão de riscos.

O Banco da Amazônia possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco – Pilar 3, no *website* do Banco da Amazônia: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores>.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



Risco de Mercado e Liquidez

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é permanentemente mensurado e as informações geradas são reportadas ao Comitê de Ativos e Passivos e à Diretoria Executiva do Banco.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, no encerramento do 3º trimestre apresentaram saldos positivos de R\$4.091 e R\$6.152 bilhões, respectivamente, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos alocado em títulos públicos e operações compromissadas foi de R\$9,332 bilhões, representando 86,5% do portfólio total de R\$10,785 bilhões. A maioria dos recursos (62,23%) é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse e mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular BACEN nº 3.354/07.

Risco de Crédito e Operacional

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/99.

O Banco da Amazônia investe em melhorias ao seu processo de gestão, mantendo-se alinhado às melhores práticas do mercado bancário, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basiléia III e da Resolução 3.721/09, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes.

Quanto à gestão de risco operacional, está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão de Risco Operacional que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.380/2006 e nas boas práticas de mercado como o COSO e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

Neste trimestre, em atenção a Resolução CMN-BACEN nº 4557 de 23/02/2017, foi aprovado pela Diretoria Executiva, o plano de ação para implementar a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital, com o propósito de agregar maior segurança aos processos de negócios.

7. CONTROLES INTERNOS

No período supracitado foi dada continuidade à ação educativa sobre os Controles Internos com a divulgação do informativo chamado "Fique bem Informado", encaminhado via e-mail para todos os empregados da Instituição, destacando o assunto Três Linhas de Defesa, tratado na IN CGU nº 03/2017. Esta ação de disseminação da cultura de controles é contínua e tem como base o referencial teórico do COSO para a gestão do Sistema de Controles Internos.

Observa-se que na POL 301- Política de Controles Internos, a Instituição já promoveu o aprofundamento das diretrizes e responsabilidades sobre a gestão dos riscos e controles, monitoramento e avaliação dos processos com a incorporação das três linhas de defesa, definindo o papel da instituição contemplando as três linhas de defesa da gestão a qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, proporcionando uma atuação coordenada e eficiente.

No trabalho de acompanhamento das demandas externas, especialmente naquelas resultantes dos trabalhos da auditoria independente em atendimento à Resolução BACEN 3.467, foram definidos, em conjunto com a Auditoria Interna e Externa, ajustes nas ações da área de Controle Interno, com vistas à atuação junto às áreas gestoras demandadas, objetivando auxiliar na

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



melhor resposta e tratamento dos apontamentos trazidos nos relatórios semestrais. Tais ajustes serão formalizados na Norma de Procedimentos - NP 212 - Atendimento a Demandas Internas e Externas, cuja atualização encontra-se em andamento.

O Banco mantém efetiva ação de monitoramento e acompanhamento dos apontamentos pretéritos e críticos advindos de demandas externas ou internas, de modo a mitigar os riscos e implementar controles efetivos nos processos do Banco.

8. AUDITORIA INTERNA

No Banco da Amazônia S/A, a unidade de Auditoria Interna, denominada Secretaria Executiva de Auditoria Interna (SEAUD) é responsável por fornecer avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles. Durante o trimestre, a SEAUD concluiu ações de auditoria interna que se traduzirão em melhorias na gestão de contratos de tecnologia da informação, assim como no gerenciamento da conformidade e do desempenho corporativo.

9. UNIDADES DE ATENDIMENTO

O Banco adotou a Política de ampliação dos serviços de autoatendimento que buscam soluções ágeis, eficientes e seguras, por meio de parcerias com empresas que tornem o Banco da Amazônia mais próximo de toda a sociedade. Dessa forma, ampliou os serviços na rede de autoatendimento Banco24horas.

A rede de atendimento, no 3º trimestre de 2017, está constituída por: 119 agências, 01 PAB's, 03 PAA's (125 agências, 03 PAB's, 03 PAA's no 3º trimestre de 2016).

Foi inaugurada a Coordenadoria de Representação e Relacionamento Institucional (CORIN) do Banco da Amazônia. Sediada em Brasília a nova unidade surge para representar a instituição na capital federal, junto ao Governo Federal, em suas ações e demandas dentro do Poder Legislativo, Executivo, entidades públicas e privadas. As atividades da nova unidade também serão pautadas no cumprimento do Decreto 4.596/2003, da Casa Civil da Presidência da República.

Também no trimestre, foi inaugurada a Superintendência Pará III, que abrange as agências: Canaã dos Carajás, Carajás (Parauapebas), Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Jacundá, Marabá, Marabá Cidade Nova, PAA Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Redenção, Rondon do Pará, São Félix do Xingu, Tucumã, Tucuruí, Xinguara e Santana do Araguaia.

10. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal de última instância para o registro de reclamações, especializado no atendimento a clientes e usuários de produtos e serviços que não obtiveram solução em suas demandas nos canais de atendimento primário da instituição. As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 2171) ou no endereço eletrônico: ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do site do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também, serem agendados atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens, via correios, para o endereço: Av. Presidente Vargas, 800 – Campina – Belém-PA, CEP: 66.017-000.

No 3º trimestre de 2017 foram recebidas no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, 28 demandas, sendo: 24 respondidas no prazo regulamentar e 4 em tramitação. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR do Banco Central, 21 registros de reclamação, sendo: 2 reguladas procedentes, 7 reguladas improcedentes, 9 não reguladas, 2 canceladas e 1 em tramitação. Da Ouvidoria do Ministério da Fazenda não foi recebido registro de reclamação.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

O Banco tem buscado novas soluções no sentido de modernizar e aperfeiçoar o processo de crédito. Um delas é a implantação de análise informatizada dos aspectos fundiários e ambientais, o aplicativo de gerenciamento de risco socioambiental permite ao proponente do crédito rural organizar as informações para elaborar sua proposta de crédito, incluindo informações de cadastro pessoal, da propriedade, geoespaciais e da área a ser financiada.

O aplicativo também permite, a partir de consultas aos bancos de dados de órgãos oficiais, capturar e registrar coordenadas geodésicas dos empreendimentos financiados, cadastrar informações do produtor rural, analisar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades, conduzir o monitoramento de mudanças de cobertura do solo com imagens de satélites e avaliar as conformidades socioambientais dos empreendimentos rurais, a partir de consultas aos bancos de dados de órgãos oficiais.

No trimestre, também entrou em funcionamento o novo sistema de Cobrança, que tem como ponto fundamental a base de clientes centralizada na CIP-Câmara Interbancária de Pagamentos. A Nova Plataforma de Cobrança é um sistema para modernizar o processo de liquidação dos boletos bancários, cujo objetivo é modernizar o sistema de boletos de pagamento, trazendo maior segurança e agilidade para toda a sociedade.

12. OUTROS DESTAQUES

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



Patrocínios

O Edital de Patrocínio 2018 do Banco da Amazônia foi lançado em agosto de 2017, visando, através do patrocínio a diversos projetos, cumprir o seu papel de agente do desenvolvimento da região e defensor da identidade, sociedade e cultura da Amazônia, apoiando projetos nos segmentos ambiental, social, cultural, esportivo e de exposições e congressos.

A prioridade é investir em projetos que difundam a cultura da Amazônia, estejam aliados às políticas públicas e sejam realizados em parceria com os diversos atores sociais, além da valorização aos projetos comprometidos com o desenvolvimento e que respeitem sempre a sustentabilidade econômica, social e ambiental da região amazônica como meio de valorizar a sociedade e promover o desenvolvimento de sua população.

Eventos

Em julho o Banco da Amazônia chegou ao marco de 75 anos de existência, possuindo um belo histórico de investimentos para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, apoiando na criação e estruturação de negócios locais que geram impactos sociais, sem deixar de lado a preocupação com o meio ambiente. A programação alusiva à data incluiu ações culturais, atos religiosos, manhã festiva, jantares e celebrações. Para compartilhar a história da instituição, no dia 06 de julho, foi inaugurado o Memorial Banco da Amazônia, localizado na sobreloja do Edifício-sede, em Belém, o espaço reúne documentos, objetos e fotos que mostram a trajetória do Banco nesses 75 anos de fomento ao desenvolvimento regional.

Em evento realizado em setembro, em São Paulo (SP), o Banco da Amazônia foi agraciado com o 3º lugar no destaque regional da Região Norte ficando entre as 100 empresas premiadas na edição. O ranking, elaborado em parceria com a *Austin Rating* e Fundação Instituto de Administração (FIA), resultou de um estudo completo sobre imagem corporativa e uma lista completa das melhores empresas com melhor desempenho econômico e também melhores práticas de gestão.

Com a intenção de resgatar a história da maior manifestação religiosa paraense – o Círio de Nazaré, foi realizada no espaço cultural do Banco, a exposição “Círio de Nazaré de Belém do Pará: Patrimônio Cultural da Humanidade”. A exposição teve como destaque os mantos utilizados durante a festividade e, dentro do contexto de integração social, foram disponibilizados materiais didáticos e equipamentos tecnológicos apropriados para crianças e jovens com deficiência visual em vários níveis, o que propiciou a visita da Unidade Educacional Especializada José Álvares de Azevedo, que se dedica à educação desse público.

13. GESTÃO DE PESSOAS

O Banco da Amazônia recebeu da SEST e do TCU o reconhecimento como uma das melhores práticas na gestão de pessoas entre as empresas estatais, devido ao programa “Melhores da Amazônia” e a política de Concorrência Seletiva.

Durante o trimestre foi lançado o Projeto Cooperação, que visa à realização de convênios entre o Banco e várias empresas na área de esporte e saúde, visando oportunizar aos funcionários e seus dependentes a aquisição de produtos ou na contratação de serviços em áreas da saúde (plano odontológico), educação (especialização e outros), compras de livros etc.

Lançado também o Programa Novo Tempo: Preparação para Aposentadoria, que pretende auxiliar os empregados a refletirem sobre o tema e o momento de seu desligamento da empresa, auxiliando a construção de um projeto de vida que proporcione bem estar no futuro. O programa contará com palestra e módulos informativos (EAD): Curso Educação financeira, aulas temáticas: saúde e qualidade de vida e noções previdenciárias; Curso Específico (EAD) e Encontro vivencial.

Destaca-se a criação do Canal de Atendimento e Relacionamento com o Empregado, este canal objetiva padronizar o processo de recepção e tratamento das demandas voltadas exclusivamente para área de Recursos Humanos (RH), permitindo assim respostas assertivas e mais céleres.

Treinamento

Durante o 3º trimestre de 2017, o Banco investiu em treinamento com 6.101 participações (total de 2.060 participações no 3º trimestre de 2016), com realizações de cursos presenciais e à distância, voltadas para temas diversos: ética, controles internos, crédito, plano de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, responsabilidade socioambiental, área de auditoria e TI.

Composição do Quadro de Pessoal

O Banco da Amazônia, em busca da melhor alocação de seu quadro de pessoal, face à reestruturação de suas unidades e tendo por base a meritocracia lançou, no 3º trimestre de 2017, diversos processos seletivos estando em processo de admissão de noventa e seis novos empregados aprovados no concurso público/2015. A medida tem como objetivo melhorar as condições de trabalho, que, em conjunto com as ações de qualificação profissional visa o avanço contínuo do desempenho e o cumprimento da missão institucional do Banco da Amazônia.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



O Banco encerrou o 3º trimestre de 2017 contando com 3.012 empregados (3.188 no 3º trimestre de 2016).

Programa de Aposentadoria Incentivada

No terceiro trimestre de 2017, o Banco lançou o segundo período do Programa de Aposentadoria Incentivada, que consiste em um conjunto de medidas de incentivo visando de forma socialmente responsável, o incentivo ao desligamento dos empregados contemplados no público-alvo do programa, norteado pelos princípios da boa-fé, da transparência, e da facultatividade de adesão.

O programa será aplicado no período de setembro a dezembro de 2017.

14. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Permanece a situação deficitária dos Planos de Benefício Definido (PBD) e Misto de Benefícios (PMB), ambos administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf), o que gera no Banco o ajuste, trimestral, da provisão que abriga 50% desse déficit, calculado de acordo com as regras definidas pela Del. CVM nº 695/2012.

A política de reconhecimento adotada pelo Banco está baseada nas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001, que estabelecem responsabilidades paritárias entre patrocinador e participantes do plano de previdência complementar, no equacionamento de eventual déficit atuarial, ratificado por parecer de juristas contratados para análise do procedimento.

Com relação às ações judiciais em que há decisões judiciais impondo ao Banco a obrigação integral por eventuais direitos de participantes, o Banco vem provisionando 100% do valor definido na condenação. Esses casos são situações específicas e a provisão é realizada na medida em que tais decisões passam a ter exigibilidade, e apenas nestes casos.

Ações coletivas:

A ação civil pública nº 01164-2001-001-16-00-2, que tramitou no TRT 16ª Região e com condenação do Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Em que pese o trânsito em julgado ocorrido em 24/09/2012, a União ingressou com a ação rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, obtendo decisão liminar proferida em maio de 2014, através do qual o relator determinou a suspensão de todos os atos processuais na ação 01164-2001-001-16-00-2, inclusive a penhora judicial, até que haja o trânsito em julgado da decisão a ser proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. Não houve recurso contra esta decisão, o Banco fora intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União, o SEEB-MA contestou a ação e a rescisória permanece aguardando julgamento, sendo que, em 11/10/2017, ocorreu tramitação do processo com a publicação de despacho para apresentação de razões finais pelas partes.

As ações civis públicas nº 2001.34.00.02358-9 e 2005.34.00.019754-4, movidas pelos SEEB/SP e SEEB/MA, que buscam a anulação de autorização dada pela Secretaria de Previdência Complementar para a implantação do Plano Misto (AmazonVida) e condenação de Aporte de Regime de Capitalização para a CAPAF. Estas ações foram reunidas no TRF da 1ª Região (DF), estando suspensas desde 02/07/2013 e 13/11/2012.

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA e em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD). Em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06/02/2017, a área jurídica do Banco está analisando as medidas que poderão ser adotadas, visando a compatibilização da decisão do TRT 8ª Região ao texto constitucional, notadamente às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e, aos correlatos precedentes judiciais do STF.

15. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no 1º trimestre de 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2017



A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto operacional
- Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
- Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
- Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
- Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
- Nota 6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
- Nota 7 - Operações de crédito
- Nota 8 - Outros créditos
- Nota 9 - Ativo Permanente
- Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
- Nota 11 - Obrigações por empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por repasses
- Nota 13 - Outras obrigações
- Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
- Nota 15 - Patrimônio Líquido
- Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
- Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
- Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
- Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
- Nota 24 - Partes relacionadas
- Nota 25 - Benefícios a empregados
- Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
- Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
- Nota 28 - Análise de sensibilidade
- Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
- Nota 30 – Outras informações
- Nota 31 – Eventos subsequentes

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco os seguintes pronunciamentos:

- Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Deliberação CVM nº 557/2008 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1).

As Informações Trimestrais - ITR foram aprovadas pela Administração em 13 de novembro de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As Informações Trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro de juros, negociados na B³ – Brasil Bolsa Balcão, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos seus ativos e/ou passivos financeiros, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações de contrato futuro de juros são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados os parâmetros divulgados pela B³ – Brasil Bolsa Balcão.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* é registrado no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é encerrada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

m) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 25).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 16).

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas Informações Trimestrais, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, são reconhecidos como ativo.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas Informações Trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14.b).

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Informações Trimestrais (nota nº 13.a).

Risco de Crédito (FNO): As operações de crédito realizadas com recursos do FNO, em razão de normativos legais, não estão registradas no grupamento do ativo de operações crédito do Banco. Entretanto, o valor corresponde a 50% do risco dessas operações (contratadas a partir de 01.12.1998) é do Banco, levando, assim, a necessidade de ser calculada e registrada em outras obrigações diversas, a provisão para operações de crédito (PCLD), de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999.

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

p) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Informações Trimestrais.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as Informações Trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Informações Trimestrais, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Informações Trimestrais.

Houve eventos subsequentes para as Informações Trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2017.

r) Uso de estimativas

A elaboração das Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2017	31.12.2016
Disponibilidades	34.904	30.979
Disponibilidade em moeda nacional	30.957	26.807
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.947	4.172
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.806.144	1.313.232
Aplicações no mercado aberto	1.806.144	1.313.232
Total	1.841.048	1.344.211

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.09.2017	31.12.2016
Aplicações no mercado aberto	1.806.144	1.313.232
Posição Bancada	1.806.144	1.313.232
Letras financeiras do tesouro	149.112	440.003
Letras do tesouro nacional	-	723.230
Notas do tesouro nacional	1.657.032	149.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	134.564	125.262
Certificados de depósitos interfinanceiros	166.838	157.536
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	1.940.708	1.438.494

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em 31.12.2016), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no período findo em 30 de setembro de 2017, R\$126.181 (R\$65.693 em 2016) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.09.2017	31.12.2016
Carteira própria – livres	8.971.693	6.797.016
Títulos Públicos	7.627.623	5.551.830
Letras Financeiras do Tesouro	6.691.936	4.738.801
Letras do Tesouro Nacional	90.802	40.614
Notas do Tesouro Nacional	613.289	502.100
Certificados Financeiros do Tesouro	231.596	270.315
Títulos Privados	1.344.070	1.245.186
Debêntures	327.546	452.452
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	39.793	9.932
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	42.299	39.061
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	62.081	53.232
Letras Financeiras	872.351	690.509
Vinculados a operações compromissadas	115.390	220.109
Títulos Públicos	115.390	220.109
Letras Financeiras do Tesouro	115.390	220.109
Vinculados a prestação de garantias	30.839	25.232
Títulos Públicos	30.839	25.232
Letras Financeiras do Tesouro	30.839	25.232
Total	9.117.922	7.042.357
Circulante	682.439	1.042.155
Não circulante	8.435.483	6.000.202

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 85,3% do total da Carteira (82,3% em 31.12.2016).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$26.433 (R\$21.342 em 31.12.2016) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$4.406 (R\$3.890 em 31.12.2016) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	30.09.2017						TOTAL
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	-	191.104	102.772	-	293.876
Títulos Públicos	-	-	-	191.104	102.772	-	293.876
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	191.104	102.772	-	293.876
2-Títulos Disponíveis p/ venda	9.504	378.893	2.969.883	3.091.637	1.424.864	214.413	8.089.194
Títulos Públicos	-	196.085	2.021.792	3.026.821	1.390.393	110.033	6.745.124
Letras Financeiras do Tesouro	-	196.085	1.930.990	3.026.821	1.390.393	-	6.544.289
Letras do Tesouro Nacional	-	-	90.802	-	-	-	90.802
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	110.033	110.033
Títulos Privados	9.504	182.808	948.091	64.816	34.471	104.380	1.344.070

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures	9.504	113.205	136.988	54.334	13.515	-	327.546
Cotas Fundos Invest.–FIDC ⁽²⁾	-	-	39.793	-	-	-	39.793
Cotas Fundos Invest.–R. Fixa	-	-	-	-	-	42.299	42.299
Cotas Fundos Invest.–FI REF	-	-	-	-	-	62.081	62.081
Outros Títulos – LF/NP	-	69.603	771.310	10.482	20.956	-	872.351
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	343	11	231.599	251.192	251.707	734.852
Títulos Públicos	-	343	11	231.599	251.192	251.707	734.852
Notas do Tesouro Nacional	-	343	11	3	251.192	251.707	503.256
Certificados Fin. do Tesouro	-	-	-	231.596	-	-	231.596
Total 30.09.2017	9.504	379.236	2.969.894	3.514.340	1.778.828	466.120	9.117.922
Total 31.12.2016	192.324	673.519	1.242.444	2.111.695	2.482.762	339.613	7.042.357

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão (nota nº 6.a.2).

a.2) Quanto aos ajustes

	30.09.2017			31.12.2016		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	293.455	293.876	420	561.533	561.218	(315)
Letras Financeiras do Tesouro	293.455	293.876	420	561.533	561.218	(315)
Disponíveis para venda	8.059.258	8.079.203	19.945	5.714.017	5.708.724	(5.293)
Letras Financeiras do Tesouro	6.539.905	6.544.289	4.384	4.429.242	4.422.924	(6.318)
Letras do Tesouro Nacional	86.247	90.802	4.555	39.339	40.614	1.275
Notas do Tesouro Nacional	89.996	100.042	10.046	-	-	-
Debêntures	326.021	327.546	1.525	452.137	452.452	315
Cotas Fundos Invest.– FIDC	39.793	39.793	-	9.932	9.932	-
Cotas Fundos de Invest.– Renda Fixa	42.299	42.299	-	39.061	39.061	-
Cotas Fundos Invest.– FI REF	62.646	62.081	(565)	53.797	53.232	(565)
Outros Títulos Privados – LF	872.351	872.351	-	690.509	690.509	-
Mantidos até o vencimento	724.883	-	-	772.415	-	-
Notas do Tesouro Nacional	493.287	-	-	502.100	-	-
Certificados Fin. do Tesouro	231.596	-	-	270.315	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$346 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$434 em 31.12.2016), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$686 em 31.12.2016) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste positivo de R\$100.283 (ajuste negativo de R\$34.804 em 31.12.2016).

Do total das CFTs, o montante de R\$222.040 (R\$259.161 em 31.12.2016) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$46.302 (desvalorização de R\$37.602 em 31.12.2016).

Caso as NTNs estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$51.944 (valorização de R\$11.719 em 31.12.2016)

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2017	31.12.2016
Desvalorização	(186.525)	(185.781)
Valorização	206.470	180.489
Total	19.945	(5.293)

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.480	25.344	126.181	65.693
Títulos de Renda Fixa	200.281	230.877	618.700	654.400
Aplicação Fundos de Investimentos	980	-	3.244	-
Lucros com Títulos de Renda Fixa	416	127	955	22.095
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(1)	(56)	(149)	(469)
Ajuste ao Valor de Mercado	93	(79)	735	(74)
Total	242.249	256.213	749.666	741.645

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender as suas necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando-se de metodologias estatísticas e simulações para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, nos preços dos ativos.

Em agosto de 2017, o Banco liquidou a sua posição de contratos futuros.

Ativos vinculados aos Instrumentos Financeiros Derivativos para *hedge* de Risco de Mercado

	Valor Justo	
	30.09.2017	31.12.2016
Ativos vinculados ao <i>Hedge</i>		
Letras do Tesouro Nacional (Vcto 2019)	-	40.614
Total	-	40.614

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *hedge* de Risco de Mercado

	Valor Justo	
	30.09.2017	31.12.2016
Instrumento de <i>Hedge</i>		
Futuro de Juros (Contrato DI1F19 - Vcto Jan/2019)	-	40.595
Total	-	40.595

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30.09.2017	31.12.2016
Letras Fin do Tesouro (Vcto Mar/2019-2020)	7.268	3.372
Total	7.268	3.372

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Ajustes Financeiros Acumulados	(917)	(446)	(2.671)	(4.001)
Total	(917)	(446)	(2.671)	(4.001)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.09.2017			31.12.2016		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	944.069	90.684	1.034.753	1.108.303	110.063	1.218.366
Direitos creditórios descontados	27.410	4.982	32.392	27.152	4.629	31.781
Financiamentos	1.020.043	53.646	1.073.689	1.339.321	66.085	1.405.406
Financiamentos rurais	928.288	92.123	1.020.411	966.158	90.805	1.056.963
Subtotal	2.919.810	241.435	3.161.245	3.440.934	271.582	3.712.516
Outros créditos	136	-	136	292	-	292
Diversos	136	-	136	292	-	292
Subtotal	2.919.946	241.435	3.161.381	3.441.226	271.582	3.712.808
Adiant. s/ contrato de câmbio	50.259	5.519	55.778	55.558	790	56.348
Total da carteira	2.970.205	246.954	3.217.159	3.496.784	272.372	3.769.156
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(125.783)	(129.482)	(255.265)	(82.808)	(118.191)	(200.999)
(Outros créditos)	(1)	-	(1)	(3)	-	(3)
(Câmbio)	(288)	(1.656)	(1.944)	(413)	(790)	(1.203)
Total das provisões	(126.072)	(131.138)	(257.210)	(83.224)	(118.981)	(202.205)
Total líquido	2.844.133	115.816	2.959.949	3.413.560	153.391	3.566.951

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.09.2017	31.12.2016
Setor Público	323.440	383.572
Administração direta	35.601	48.946
Administração indireta	135.060	122.989
Atividades empresariais	152.779	211.637
Setor Privado	2.893.719	3.385.584
Rural	1.020.508	1.057.366
Indústria	644.648	886.620
Comércio	740.311	676.763
Pessoas físicas	232.103	254.381
Serviços	256.107	510.454
Intermediários financeiros	42	-
Total da carteira	3.217.159	3.769.156

b) Concentração dos principais devedores:

	30.09.2017	% Carteira	31.12.2016	% Carteira
10 maiores devedores	1.168.011	36,3	1.444.861	38,3
50 maiores devedores	759.840	23,6	900.458	23,9
100 maiores devedores	284.370	8,8	309.378	8,2
Demais devedores	1.004.938	31,3	1.114.459	29,6
Total	3.217.159	100,0	3.769.156	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações vincendas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
AA	38.140	290.531	4.244	135.895	21.895	28.279	518.984
A	341.659	251.302	51.283	151.839	288.338	78.231	1.162.652
B	271.090	39.595	91.159	151.214	302.598	96.954	952.610
C	35.239	19.282	2.051	4.301	22.685	12.039	95.597
D	10.688	3.270	18.311	2.427	4.154	2.503	41.353
E	7.706	7.156	196	681	13.660	93.994	123.393
F	2.301	2	2.575	660	939	318	6.795
G	1.189	286	268	664	1.960	13.991	18.358
H	38.886	2.095	1.918	2.416	4.952	196	50.463
Total 30.09.2017	746.898	613.519	172.005	450.097	661.181	326.505	2.970.205
Total 31.12.2016	1.546.795	395.755	69.042	620.973	631.953	232.266	3.496.784

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
B	30.780	26.268	14	-	61	219	57.342
C	6.161	5.445	2.300	719	151	283	15.059
D	436	3.934	5.983	1.655	-	228	12.236
E	5.744	712	3.924	7.896	3.452	112	21.840
F	210	271	629	3.637	1.015	64	5.826
G	1.087	30	755	23.851	24.866	174	50.763
H	2.201	1.303	2.095	13.675	53.130	11.484	83.888
Total 30.09.2017	46.619	37.963	15.700	51.433	82.675	12.564	246.954
Total 31.12.2016	35.223	54.644	26.796	91.343	54.389	9.977	272.372

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

30.09.2017	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	518.983	1.127.051	722.110	110.656	53.590	145.234	12.619	69.123	134.353	2.893.719
Rural	68.893	581.254	178.930	49.147	37.831	20.563	5.346	19.649	58.895	1.020.508
Indústria	367.357	75.422	41.603	24.506	1.097	111.511	1.587	13.595	7.970	644.648
Comércio	42.234	198.089	399.898	4.692	7.288	2.924	3.275	32.572	49.339	740.311
Pessoas físicas	5.392	140.415	30.288	29.444	3.990	5.080	1.967	2.762	12.765	232.103
Serviços	35.107	131.829	71.391	2.867	3.384	5.156	444	545	5.384	256.107
Intermediários financeiros	-	42	-	-	-	-	-	-	-	42
Setor público	-	35.601	287.839	-	-	-	-	-	-	323.440
Total da carteira	518.983	1.162.652	1.009.949	110.656	53.590	145.234	12.619	69.123	134.353	3.217.159
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Prov. requerida/constituída	-	(5.813)	(10.100)	(3.320)	(5.359)	(43.570)	(6.310)	(48.385)	(134.353)	(257.210)
31.12.2016										
Total da carteira	921.960	1.578.841	789.442	87.446	125.116	103.188	34.474	18.675	110.014	3.769.156
Prov. requerida/constituída	-	(7.894)	(7.894)	(2.623)	(12.512)	(30.958)	(17.237)	(13.073)	(110.014)	(202.205)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Saldo no início do período	(202.205)	(178.360)
Provisões constituídas	(183.133)	(102.930)
Valores baixados para prejuízo	128.126	88.622
Reversões	2	26.354
Saldo no final do período	(257.210)	(166.314)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$881.749 (R\$938.789 em 31.12.2016).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$10.267 (R\$23.144 em 2016).

g) Receitas de Operações de Crédito

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Empréstimos	44.455	63.753	143.747	193.728
Direitos creditórios descontados	1.820	2.125	6.182	7.392
Financiamentos	30.254	35.284	110.018	106.904
Financiamentos rurais	20.877	25.096	64.393	75.258

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recuperação de créd. baixados c/ prejuízo	2.380	2.489	10.267	23.144
Total	99.786	128.747	334.607	406.426

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Renegociadas	70.412	98.995	222.231	190.995
Carteira Comercial	54.516	38.444	112.770	93.983
Carteira de Fomento	15.896	60.551	109.461	97.012
Recuperadas	2.380	2.489	10.267	23.144
Carteira Comercial	1.365	1.522	6.339	7.212
Carteira de Fomento	601	967	3.499	3.870
Câmbio	-	-	-	8.749
Outros - FNO	414	-	429	3.313

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	30.09.2017	31.12.2016
Carteira de câmbio	55.082	52.789
Rendas a receber	55.370	133.464
Negociação e intermediação de valores	-	49
Diversos	1.433.852	1.248.784
Crédito tributário (nota nº 16)	1.301.472	1.153.775
Títulos e créditos a receber	23.008	22.029
Capaf	175.741	175.495
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(175.741)	(175.495)
Contrato TI (nota nº 14.b)	21.705	21.705
Outros	1.303	324
Remuneração OGU	1.268	289
Diversos	35	35
Devedores por compra de valores e bens	136	292
Devedores por dep. em garantia (nota nº 14.a)	43.132	39.706
Devedores p/ apuração de responsabilidades (nota nº 13)	12.531	11.316
Impostos e contribuições a compensar	60	32
Pagamentos a ressarcir	18.819	14.408
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	1.542	1.137
Saque a ressarcir rede compartilhada	575	575
Equalização – STN/FDA	1.670	2.053
Suprimento 24 Horas	3.936	5.053
Rebates	1.361	1.361
Tributos federais recolhidos a compensar	1.547	1
Antecipação de PLR	1.186	1.186
Outros pagamentos	7.002	3.042
Devedores diversos	34.648	6.467
Adiantamentos para pagamentos	46	31
Adiantamentos e antecipações salariais	-	728
Provisão para outros créditos	(1.945)	(1.206)
Total	1.542.359	1.433.880
Circulante	385.172	427.446
Não circulante	1.157.187	1.006.434

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$175.741 (R\$175.495 em 31.12.2016), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo. O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2016) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”. Esse valor tem característica de contingência, por esse motivo, é registrado em conta do passivo contingente (nota nº 14.b).

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$12.531 (R\$11.316 em 31.12.2016), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente, por envolver processo de apuração disciplinar que poderá resultar em sanções a empregados (nota nº 14.b).

9 Ativo Permanente

	30.09.2017	31.12.2016
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ incentivos fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267
b) Imobilizado de uso		
Imóveis de uso	62.191	61.326
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	59.527	58.662
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	190.064	199.372
Móveis e equipamentos em estoque	1.464	1.874
Imobilizações em curso	29.600	37.810
Instalações, móveis e equipamentos de uso	62.573	57.277
Instalações	7.709	6.740
Móveis e equipamentos de uso	54.864	50.537
Outras	96.427	102.412
Sistema de comunicação	1.597	1.287
Sistema de processamento de dados	88.184	95.303
Sistema de segurança	6.166	5.342
Sistema de transporte	480	480
(-)Depreciações acumuladas	(139.402)	(142.710)
Total	160.882	166.017
c) Intangível ⁽¹⁾		
Software desenvolvido e em desenvolvimento	290.081	253.759
(-) Amortização Acumulada	(120.554)	(108.303)
Total	169.527	145.456
Total permanente	330.676	311.740

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2016	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2017
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	166.017	12.190	(1.325)	(16.000)	160.882
Intangível	145.456	36.638	(314)	(12.253)	169.527
Total	311.740	48.828	(1.639)	(28.253)	330.676

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2017	31.12.2016
Limite para Imobilização	1.319.966	1.394.890
(-) Situação	(249.142)	(266.699)
Margem	1.070.824	1.128.191
Índice de imobilização	9,4%	9,6%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.09.2017	Total em 31.12.2016
À Vista	672.536	-	-	672.536	663.835
Poupança	508.792	-	-	508.792	501.247
Interfinanceiros	-	22.435	-	22.435	12.531
A Prazo	1.079.574	630.541	363.562	2.073.677	1.788.324
A prazo	271.962	627.915	357.636	1.257.513	1.160.213
Judiciais com remuneração	68.040	-	-	68.040	44.036
Especiais com remuneração	739.572	2.626	5.926	748.124	584.075
Sudam ⁽¹⁾	547.600	-	-	547.600	400.672
Finam	184.798	-	-	184.798	166.373
FAT (nota nº 21)	3.058	2.626	5.926	11.610	16.449
Outros	4.116	-	-	4.116	581
Total	2.260.902	652.976	363.562	3.277.440	2.965.937

Circulante

2.913.878

Não circulante

2.528.151

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$114.998 (R\$220.010 em 31.12.2016), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 9,2% (14,1% em 31.12.2016) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Despesas de captações c/ depósitos	(61.922)	(80.213)	(204.840)	(228.544)
A prazo	(27.576)	(38.542)	(93.396)	(108.748)
Poupança	(7.560)	(10.188)	(24.256)	(30.209)
Especiais	(16.027)	(18.182)	(51.097)	(53.478)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interfinanceiros	(228)	(295)	(2.105)	(725)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(8.359)	(11.060)	(27.215)	(29.773)
Demais captações	(2.172)	(1.946)	(6.771)	(5.611)
Desp. de captações mercado aberto	(2.274)	(3.178)	(11.946)	(8.355)
Carteira própria	(2.274)	(3.178)	(11.946)	(8.355)
Total	(64.196)	(83.391)	(216.786)	(236.899)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março/2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de setembro de 2017 é de R\$53.379 (R\$51.332 em 31.12.2016), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,6% a.a. (3,5% a.a. em 31.12.2016) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses**a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais**

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.09.2017			31.12.2016		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	2,4	9	35.636	2,8	9	42.042
BNDES Industrial	7,0	18	262.771	7,0	18	272.259
BNDES Rural	4,3	7	150.967	3,5	6	109.066
BNDES Comércio	4,5	11	85.918	4,3	11	73.476
BNDES Serviços	6,8	9	15.093	6,8	9	15.129
Finep	1,5	10	1.105	1,5	10	1.412
Finame Industrial	2,1	5	32.830	2,1	7	37.418
Finame Rural	2,6	7	79.924	2,3	7	83.599
Finame Comércio	3,5	6	11.156	3,4	7	12.763
Finame Serviços	2,5	4	55.658	2,6	5	71.389
STN OGU	1,1	2	28.239	0,5	2	30.635
STN – Recoop	-	-	-	7,5	1	2
Total			759.297			749.190
Circulante			117.553			115.825
Não circulante			641.744			633.365

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	859	1.488	1.005	2.011	7.232	6.709	16.332	35.636
BNDES Industrial	2.196	3.435	1.631	13.046	36.208	35.509	170.746	262.771
BNDES Rural	-	212	-	7.467	75.848	50.229	17.211	150.967
BNDES Comércio	800	3.358	807	9.967	26.183	16.509	28.294	85.918
BNDES Serviços	315	383	192	1.532	4.596	4.590	3.485	15.093

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Finep	11	20	30	61	242	242	499	1.105
Finame Industrial	578	1.183	1.680	3.498	13.095	8.693	4.103	32.830
Finame Rural	2.231	2.488	74	5.395	60	30	69.646	79.924
Finame Comércio	184	390	557	1.084	3.611	2.746	2.584	11.156
Finame Serviços	1.675	3.889	5.453	9.063	26.957	5.932	2.689	55.658
STN OGU	25.670	230	53	1.351	919	8	8	28.239
Total 30.09.2017	34.519	17.076	11.482	54.475	194.951	131.197	315.597	759.297
Total 31.12.2016	33.914	14.947	13.389	53.576	178.201	114.099	341.064	749.190

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e Repasses

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Tesouro Nacional ⁽¹⁾	(9)	(5.066)	(4.169)	(22.931)
BNDES	(8.808)	(8.373)	(25.995)	(24.350)
Finame	(1.238)	(1.395)	(3.819)	(4.244)
Finep	(12)	(31)	(36)	(51)
Com banqueiros no exterior	(933)	(818)	(5.327)	(2.964)
Repasses do exterior	-	-	(2)	-
Total	(11.000)	(15.683)	(39.348)	(54.540)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$28.239 (R\$30.635 em 31.12.2016).

No período, foram repassados pelo Tesouro R\$897 (R\$1.000 em 2016). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No período, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$43 (R\$30 em 2016) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.275 (R\$456 em 2016).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.09.2017	31.12.2016
Cobrança e Arrecadação	17.099	2.956
Câmbio	1.161	82
Sociais e estatutárias	6.143	24.413
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	234.788	237.289
Negociação e Intermediação de valores	-	52
Fundos financ. e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	4.937.250	3.460.091
Diversas (nota nº 13.c)	2.578.135	2.360.375
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	778.971	715.619
IECP (nota nº 13.e)	1.002.407	1.044.422
Total	9.555.954	7.845.299
Circulante	5.679.400	4.398.363
Não circulante	3.876.554	3.446.936

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	30.09.2017	31.12.2016
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	196.428	195.792
Impostos e contribuições a recolher	23.219	33.672
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	15.141	7.825
Total	234.788	237.289

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	23.879	230.126
Não circulante	210.909	7.163

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.09.2017	31.12.2016
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	4.609.413	3.123.586
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	196.914	207.064
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	130.845	129.363
Outros	78	78
Total	4.937.250	3.460.091

Circulante	4.752.341	3.265.636
Não circulante	184.909	194.455

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	30.09.2017	31.12.2016
Cheques administrativos	88	1.518
Obrigações por aquisição de bens e direitos	60.808	59.081
Obrigações por convênios oficiais	27	99
Obrigações por prestação de serviços	11	12
Provisão para pagamentos a efetuar	88.073	109.426
Provisão para demandas judiciais	955.992	928.835
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota nº 14.b)	78.501	50.478
Ações cíveis/Fiscal	70.712	63.032
Contratos onerosos – Planos Saldados	728.478	732.363
Plano BD (nota nº 25)	599.048	599.896
Plano Misto (nota nº 25)	129.430	132.467
Outras contingências	78.301	82.962
Provisão para apuração responsabilidades (nota nº 8)	12.532	11.296
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	21.699	21.699
Desvalorização de bens	349	349
Ações trabalhistas (Capaf) (nota nº 14.b)	43.721	49.618
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.414.208	1.203.278
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.225.232	1.046.712
FDA (nota nº 19)	18.031	9.769
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	170.940	146.792
Fundo de Invest. e de Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	58.928	58.126
Parcelas de operações de crédito- Securitização	24.090	26.479
Levantamento de depósitos recursais	3.813	1.911
Demais	31.025	9.157
Credores diversos (*)	-	20.579
Total	2.578.135	2.360.375

Circulante	797.004	741.725
Não circulante	1.781.131	1.618.650

(*) Refere-se à devolução de penhora judicial, regularizada em 04.01.2017, através de registro em Depósitos Judiciais.

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de setembro de 2017, o montante corresponde a R\$191.036 (R\$167.246 em 31.12.2016).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para garantias financeiras prestadas	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Saldos em 30.09.2017 ^(*)
Prov. para risco FNO Rural (nota nº 20)	487.277	135.839	(78.636)	544.480
Prov. para risco FNO Ind. (nota nº 20)	559.435	199.566	(78.249)	680.752
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	146.792	24.388	(240)	170.940
Provisão FDA (nota nº 19)	9.769	13.996	(5.734)	18.031
Provisão Fider	5	-	-	5
Total	1.203.278	373.789	(162.859)	1.414.208

(*) Realocados, conforme Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19.09.2016 da conta 4.9.9.35.00 – Provisão para Passivos Contingentes para a conta 4.9.9.45.00 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	30.09.2017	31.12.2016
Fundo de pensão de benefício definido	520.473	475.669
Liquidados (nota nº 25)	442.311	404.295
Assistidos (nota nº 25)	78.162	71.374
Outros	258.498	239.950
Auxílio saúde (nota nº 25)	258.498	239.950
Total	778.971	715.619
Circulante	79.365	88.950
Não circulante	699.606	626.669

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos títulos, fechando o valor em R\$982.120, tendo o Bacen, em 05.01.2015, concedida autorização para a incorporação do valor ao Capital Principal, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, computado a partir das datas das monetizações, que ocorreram em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo devedor do contrato é de R\$1.002.407 (R\$1.044.422 em 31.12.2016). O valor registrado no Passivo Circulante – Outras Obrigações, no montante R\$2.408 corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo Não Circulante, está registrado o valor de R\$999.999 correspondente ao principal.

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Os Ativos com incerteza total ou parcial de realização, apresentam provisão no montante da possibilidade de perda. Neste sentido, encontram-se registrados na rubrica “outros créditos”, os repasses a maior efetuados à Caixa de Previdência do Banco (Capaf), conforme detalhado na nota nº 8, e, ainda, os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.09.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	44.038	40.636
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.962)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	43.132	39.706

b) Provisões e Contingências

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para passivos contingentes, classificados como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões p/ demandas judiciais	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Saldos em 30.09.2017
Ações trabalhistas (Indenizações)	50.478	101.738	(73.715)	78.501
Outras contingências cíveis	63.032	48.883	(41.203)	70.712
Ações cíveis	31.462	25.427	(23.719)	33.170
Sucumbências	8.803	13.408	(10.378)	11.833
Fundos	22.767	10.048	(7.106)	25.709
Contratos onerosos (Planos Saldados)	732.363	54.940	(58.825)	728.478
Provisão p/ Plano BD (nota nº 25)	599.896	44.991	(45.839)	599.048
Provisão p/ Plano Misto (nota nº 25)	132.467	9.949	(12.986)	129.430
Outras contingências	82.962	46.698	(51.359)	78.301
Apuração responsabilidades (nota nº 8)	11.296	2.166	(930)	12.532
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	21.699	-	-	21.699
Desvalorização de bens	349	-	-	349
Ações trabalhistas (Capaf)	49.618	44.532	(50.429)	43.721
Total	928.835	252.259	(225.102)	955.992

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Informações Trimestrais e não requerem provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como risco de perda possível:

	30.09.2017	31.12.2016
Causas Trabalhistas	3.900	3.900
Causas Cíveis ⁽¹⁾	104.849	98.528
Total	108.749	102.428

⁽¹⁾ Composto, substancialmente, por processos que questionam a inexistência de débito R\$32.572 (R\$32.572 em 31.12.2016), revisão de valores cominados com danos morais e materiais R\$11.388 (R\$11.388 em 31.12.2016), revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital R\$9.568 (R\$9.568 em 31.12.2016), redução de penhora e cancelamento de hipotecas R\$12.212 (R\$12.212 em 31.12.2016), anulação e revisão de cláusulas contratuais R\$5.274 (R\$5.274 em 31.12.2016).

15 Patrimônio líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.09.2017	31.12.2016
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.970.935	1.959.689
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	66,48	66,10
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	26,80	28,10

⁽¹⁾ Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B3 – Brasil Bolsa Balcão.

b) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2016) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2016), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.09.2017	31.12.2016
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.699
De domiciliados no exterior	271	268
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.09.2017		31.12.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.604.757	96,5	28.624.757	96,6
Adm.direta–Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.485.314	45,5	13.505.314	45,6
BB FGEDUC	10.429.301	35,2	10.437.551	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.056.013	10,3	3.067.763	10,4
Demais	1.041.210	3,5	1.021.210	3,4
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$22.932 (R\$23.539 em 31.12.2016) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$607 (R\$809 em 31.12.2016), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.09.2017	31.12.2016
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	866.804	856.998
Legal	121.629	121.006
Estatutária	745.175	735.992

e) Lucro por ação

	30.09.2017	31.12.2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	6.342	130.682
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	0,21392	4,40810
JCP por ação (R\$)	-	1,3066

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

O Bacen, através da Carta-circular nº 3.729/2015, criou títulos, com efeito a partir da data-base janeiro de 2016, para o registro de ganhos ou perdas decorrentes de remensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.09.2017	31.12.2016
Ajustes de avaliação patrimonial	(544.508)	(546.353)
Títulos Disponíveis para Venda	11.967	(3.177)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(556.475)	(543.176)

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.09.2017		31.12.2016	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	164.666	164.666	294.528	294.528
Participações Estatutárias	-	-	-	-
Juros sobre capital Próprio	-	-	-	-
Lucro antes do IRPJ e CSLL	164.666	164.666	294.528	294.528
Adições líquidas caráter permanente	-	-	10.388	10.535
Exclusões líquidas caráter permanente	(14.837)	(14.824)	-	-
Adições líquidas caráter temporário	535.269	535.269	445.760	445.760
Lucro tributável antes compensações	685.098	685.111	750.676	750.823
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	102.765	137.022	112.601	150.165
Adicional de Imposto de Renda (10%)	68.491	-	75.050	-
Incentivos	(4.769)	-	(5.066)	-
Valores devidos	166.487	137.022	182.585	150.165
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(92)	(89)	(295)	(232)
Valores registrados em resultado antes da ativação	166.395	136.933	182.290	149.933
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(98.220)	(46.784)	(33.536)	(5.359)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores efetivamente registrados no resultado	68.175	90.149	148.754	144.574
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	41,4	54,7	50,5	49,1

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas e provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2017:

	31.12.2016	Constituição	Realização	30.09.2017
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	100.096	52.830	30.704	122.222
Provisão para Risco de Crédito-Banco	293.902	183.180	9.887	467.195
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.103.329	272.866	75.834	1.300.361
Auxílio pós-emprego	351.258	45.418	48.085	348.591
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	182.407	46.456	42.927	185.936
Planos Saldados	401.401	43.027	58.158	386.270
Provisão Caixa de Previdência	175.495	633	387	175.741
Provisão para Operações SEC I	146.792	24.148	-	170.940
Outras Provisões	117.987	28.804	26.399	120.392
Base de Cálculo	2.872.667	697.362	292.381	3.277.648
Imposto de Renda Diferido (25%)	718.167	174.340	73.095	819.412
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	100.096	52.830	30.704	122.222
Provisão para Risco de Crédito-Banco	293.902	183.180	9.887	467.195
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.103.329	272.866	75.834	1.300.361
Auxílio pós-emprego	351.258	45.418	48.085	348.591
Auxílio pós-emprego – Del 695	182.407	46.456	42.927	185.936
Planos Saldados	401.401	43.027	58.158	386.270
Provisão Caixa de Previdência	175.495	633	387	175.741
Provisão para Operações SEC I	146.792	24.148	-	170.940
Outras Provisões	110.954	28.804	26.399	113.359
Base de Cálculo	2.865.634	697.362	292.381	3.270.615
Contribuição Social Diferida (15%)	429.845	104.604	43.857	490.592
Contribuição Social Diferida (5%)	5.763	-	14.295	(8.532)
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.153.775	278.944	131.247	1.301.472

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$347.173 (R\$289.924 em 31.12.2016). O montante de R\$136.883 (R\$132.385 em 31.12.2016) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.09.2017	31.12.2016
Provisão FNO	238.568	177.444
Provisão Auxílio pós emprego	256.627	194.136
Provisão Planos Saldados	342.208	330.962
Outras Provisões	30.530	22.268
Total das Provisões	867.933	724.810
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	347.173	289.924

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

17 Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Administração de fundos e programas	123.131	114.746	424.767	399.282
FNO (nota nº 20)	121.212	112.825	419.263	391.360
Art 19 da lei 8.167/91	47	156	364	2.026
Finam (nota nº 18)	1.129	1.233	2.702	3.644
Outras - FDA	325	73	1.155	808
Demais rendas	418	459	1.283	1.444
Outros serviços	6.249	6.281	19.519	20.311
Demais rendas	6.249	6.281	19.519	20.311
Sub-total	129.380	121.027	444.286	419.593
Rendas de tarifas bancárias	26.314	22.298	74.583	74.906
Pessoa física	14.799	12.672	42.400	42.604
Pessoa jurídica	11.515	9.626	32.183	32.302
Total	155.694	143.325	518.869	494.499

b) Despesas de pessoal

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Honorários	(931)	(1.086)	(2.768)	(3.360)
Benefícios	(16.486)	(15.661)	(48.909)	(46.468)
Encargos sociais	(33.736)	(32.860)	(100.100)	(98.202)
Proventos	(77.155)	(89.200)	(230.930)	(255.081)
Treinamento	(524)	(1.717)	(2.262)	(2.620)
Remuneração de estagiários	(1.485)	(1.408)	(4.066)	(3.984)
Total	(130.317)	(141.932)	(389.035)	(409.715)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras despesas administrativas

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Água, energia e gás	(3.162)	(2.888)	(8.410)	(8.429)
Aluguéis	(4.083)	(3.638)	(11.066)	(10.499)
Processamento de dados	(9.409)	(8.999)	(26.217)	(29.108)
Comunicações	(5.282)	(7.009)	(19.417)	(21.407)
Manutenção e conservação de bens	(2.695)	(2.607)	(7.963)	(7.365)
Material	(268)	(255)	(899)	(923)
Serviços de terceiros	(6.362)	(6.604)	(19.200)	(17.731)
Vigilância e segurança	(6.864)	(6.338)	(20.012)	(20.663)
Serviços do sistema financeiro	(5.584)	(4.559)	(13.515)	(13.134)
Promoções e relações públicas	(2.034)	(1.080)	(4.573)	(4.480)
Propaganda e publicidade	(3.588)	(2.274)	(4.813)	(3.643)
Publicações oficiais	(734)	(704)	(1.149)	(1.899)
Serviços técnicos especializados	(2.983)	(3.287)	(14.305)	(8.139)
Transporte	(4.912)	(4.462)	(15.035)	(14.060)
Viagens	(1.314)	(1.399)	(4.082)	(4.185)
Depreciação	(5.193)	(4.637)	(16.000)	(13.801)
Amortização	(4.312)	(3.902)	(12.253)	(11.995)
Demais despesas administrativas	(1.080)	(1.448)	(3.698)	(4.868)
Total	(69.859)	(66.090)	(202.607)	(196.329)

d) Despesas tributárias

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
ISS	(1.949)	(1.363)	(4.669)	(4.404)
Cofins	(19.345)	(20.259)	(60.718)	(63.301)
PIS/Pasep	(3.144)	(3.292)	(9.867)	(10.286)
Demais tributos	(355)	(407)	(5.500)	(4.910)
Total	(24.793)	(25.321)	(80.754)	(82.901)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Outras receitas operacionais				
<i>Del credere</i> – FNO (nota nº 20)	147.699	143.736	437.034	422.485
Demais rendas operacionais	47.752	18.473	145.487	163.188
Recup. op. FNO (nota nº 20)	29.891	14.676	103.690	34.853
Rendas de <i>Del credere</i> – FDA	1.402	1.369	4.210	4.462
Receita variação taxas - FMM	9.266	1.254	21.625	44.242
Receita variação taxa câmbio	3.168	6	5.882	12.786
Recup. encargos e despesas	2.357	272	6.508	4.045
Reversão outras prov. Operac.	419	-	501	59.289(*)
Multas – oper. crédito geral	819	663	2.369	2.295
Demais receitas operacionais	430	233	702	1.216
Total	195.451	162.209	582.521	585.673

(*) Reversão da PCLD excedente, constituída em junho de 2015 para operações realizadas com recursos do FNO – risco compartilhado.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Outras despesas operacionais				
Desp. de provisão–FNO (nota nº 20)	(114.564)	(139.309)	(333.989)	(370.414)
Atualiz. Ben. pós-emprego (nota nº 25)	(23.401)	(18.184)	(74.095)	(60.360)
Atualização Planos Saldados (nota nº 25)	(7.311)	(17.216)	(39.214)	(72.404)
Passivos trabalhistas (nota nº 14.b)	(22.240)	-	(52.031)	-
Desp.pós-emp–assist/a.saúde(nota nº 25)	(11.103)	(8.578)	(33.341)	(25.670)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(8.013)	(7.985)	(24.148)	(21.948)
Despesas de variação de taxa FMM	(5.028)	(1.969)	(17.444)	(48.131)
Passivos cíveis/sucumbências	(7.703)	(13.390)	(17.103)	(31.128)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(551)	(12.179)	(8.310)	(14.409)
FDA – Provisão	(1.740)	(1.333)	(8.412)	(4.432)
Atualiz. operações SEC Lei 9.138/1995	-	-	(6.366)	-
Despesas de variação taxa câmbio	(719)	(2.122)	(4.848)	(4.088)
Outras contingências - Fiscais	(313)	-	(1.276)	-
Grade de eventos de perdas operacionais	(1.215)	(968)	(2.114)	(2.580)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(243)	-	(915)	-
Variação negativa de índices	(876)	-	(876)	-
Dividendos a pagar juros s/ capital	-	-	(659)	-
Provisão ativos atuariais – Capaf	-	(830)	(632)	(1.138)
Outras despesas Operacionais - CFT	(557)	-	(557)	-
Desp. desconto concedido renegociação	(10)	(65)	(289)	(1.280)
Demais despesas operacionais	(94)	(727)	(286)	(4.639)
Despesas com TVM	(15)	(3)	(29)	(295)
Capaf Atualiza PMB	(473)	-	(473)	-
Provisão p/contingências - Capaf	(799)	-	(799)	-
Total	(206.968)	(224.858)	(628.206)	(662.916)

f) Resultado não operacional

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Receitas não operacionais	1.053	427	18.737	6.806
Lucros em transações c/ valores e bens	14	32	106	195
Outras receitas não operacionais	1.039	395	18.631	6.611
Reversão outras prov. não operacionais	55	79	222	5.040(*)
Ganhos de capital	46	59	262	353
Rendas de aluguel	5	4	14	13
Outras rendas não operacionais	933	253	18.133	1.205
Dividendos recebidos	16	226	16.653(**)	631
Demais	917	27	1.480	574
Despesas não operacionais	(141)	(342)	(658)	(564)
Perdas de capital	(6)	(17)	(7)	(26)
Outras Despesas não operacionais	(135)	(325)	(651)	(538)
Imobilizações	(88)	(308)	(585)	(477)
Diversas	(47)	(17)	(66)	(61)
Total	912	85	18.079	6.242

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Reversão de provisões administrativas.

(**) Deste montante, o valor de R\$15.989 correspondeu ao pagamento de proventos sobre ativos escriturais recebido da Companhia São José Holding, em decorrência da incorporação das ações de emissão da CETIP pela Holding BM&BOVESPA.

18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No período, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$2.702 (R\$3.644 em 2016).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.737 (R\$16.365 em 31.12.2016), com base no valor patrimonial da cota em 30 de setembro de 2017. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos

19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

No período, está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$21.499 (R\$18.383 em 31.12.2016) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. O ajuste da provisão, no período, foi de R\$1.590 e o saldo totalizou R\$18.031 (R\$9.769 em 31.12.2016).

Em 30 de setembro de 2017 e em 31.12.2016 não ocorreram liberações, não gerando taxa.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$130.845 (R\$129.363 em 31.12.2016). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20 Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Taxa de administração (nota nº 17.a)	121.212	112.825	419.261	391.360
<i>Del credere</i> (nota nº 17.e)	147.699	143.736	437.034	422.485
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	29.891	14.676	103.690	34.853
Remuneração do disponível (nota nº 24)	(97.309)	(73.617)	(282.037)	(187.257)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(114.564)	(139.309)	(333.989)	(370.414)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferi *del credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$29.379 (R\$10.455 no 3º trim/2016) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$1.225.232 (R\$1.046.712 em 31.12.2016) (nota nº 13.c).

No período, o Banco procedeu à baixa de R\$155.470 (R\$109.388 em 2016) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Saldo no início do período	3.123.586	1.539.271
Repasses do Tesouro Nacional	1.672.754	1.599.490
Remuneração das disponibilidades	282.037	187.257
Amortizações de operações de crédito	2.648.467	2.314.911
Liberações de operações de crédito	(2.179.973)	(2.377.947)
Despesas com taxa de administração	(500.341)	(403.602)
Despesas com <i>del credere</i>	(437.036)	(422.485)
Despesas de auditoria	(81)	(132)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	4.609.413	2.436.763

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

Nível de Risco	30.09.2017		31.12.2016	
	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	2.711.440	-	4.221.634	-
A	7.749.753	(19.374)	7.721.641	(19.304)
B	4.413.707	(22.068)	3.674.989	(18.374)
C	1.792.415	(26.886)	1.041.329	(15.617)
D	549.639	(27.476)	578.660	(28.924)
E	325.125	(48.769)	432.044	(64.803)
F	253.851	(63.432)	231.559	(57.890)
G	184.915	(64.705)	174.558	(61.095)
H	1.905.192	(952.522)	1.561.710	(780.705)
Total	19.886.037	(1.225.232)	19.638.124	(1.046.712)

21 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

“Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$5.625 (R\$6.762 em 2016), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.09.2017		30.09.2016	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	653	10.071	1.003	15.504
Proger urbano		653	10.071	1.003	15.504
Disponível	TMS	178	1.539	284	2.701
Proger urbano		178	1.539	284	2.701
Principal		4.794	-	5.475	-
Proger urbano		4.794	-	5.475	-
Total		5.625	11.610	6.762	18.205

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

A vencer	30.09.2017		31.12.2016	
	Valores	%	Valores	%
Até 30 dias	1.045	9,0	3.541	21,5
De 31 a 90 dias	707	6,1	742	4,5
De 91 a 180 dias	1.024	8,9	1.064	6,5
De 181 a 360 dias	2.003	17,1	2.050	12,5
Mais de 1 ano	6.831	58,9	9.052	55,0
Total	11.610	100,0	16.449	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$11.058 (R\$15.542 em 31.12.2016).

22 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica “Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”, cujo montante no período é de R\$196.914 (R\$207.064 em 31.12.2016).

23 Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIFs e FACs), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2017	31.12.2016
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	102.058	89.310
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	90	82
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	41	51
Fundo Amazônia Mix "2"	38	30
Fundo Amazônia Credit 90	1	4
Total	102.228	89.477

24 Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Honorários (nota nº 17.b)	931	1.086	2.768	3.360
Diretoria Executiva	731	832	2.200	1.450
Conselho de Administração	50	65	169	195
Conselho Fiscal	30	52	118	143
Comitê de Auditoria	120	73	281	308
Outros ⁽¹⁾	-	2	-	237
Benef.motivados cessação exercício cargo ⁽²⁾	-	62	-	396
Remuneração variável Anual ⁽³⁾	-	-	694	631
Total	931	1.086	3.462	3.360

⁽¹⁾ ⁽²⁾ ⁽³⁾ Referem-se a ajuda de custo, quarentena e participação no lucro, respectivamente.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	30.09.2017	30.09.2016
Diretoria - Honorários	33.481,58	34.619,86
Conselho de Administração	3.497,93	3.673,51
Conselho Fiscal	3.504,04	3.661,75

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Receitas taxa administração(nota n° 17.a)	123.131	114.746	424.767	399.282
Receita <i>Del credere</i> do FNO(nota n° 17.e)	147.699	143.736	437.034	422.485
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota n° 20)	(97.309)	(73.617)	(282.037)	(187.257)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota n° 20)	(114.564)	(139.309)	(333.989)	(370.414)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota n° 25)	(3.269)	(3.308)	(9.882)	(9.899)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf (nota n° 17.e)	(42.288)	(43.978)	(147.123)	(158.434)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.09.2017	31.12.2016
Passivos		
Depósito a Vista – OGU	465	-
Depósito a Prazo – FAT (nota n° 21)	11.610	16.449
Obrigações por Repasse do País (nota n° 12)	759.297	749.190
Tesouro Nacional	28.239	30.637
BNDES	550.385	511.972
Finame	179.568	205.169
Finep	1.105	1.412
Outras Obrigações	4.937.172	3.460.013
FNO (notas n°s 13 e 20)	4.609.413	3.123.586
FMM (notas n°s 13 e 22)	196.914	207.064
FDA-aplicado (notas n°s 13 e 19)	130.845	129.363
Total	5.708.544	4.225.652

25 Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011, sendo que a Portaria n° 1.021, de 25 de outubro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, concedeu nova prorrogação pelo prazo de 180 dias, a contar de 01 de novembro de 2017.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM n° 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares n° 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	7,6	13,9	7,5	13,8	8,2	13,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	4,6	6,0	4,4	6,0	5,1	5,8
Projeção de aumentos salariais	2,9	7,4	N/A	N/A	2,9	7,4
Projeção de aumentos dos benefícios	2,9	7,4	2,9	7,4	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	2,9	-	-	-	-	-
Taxa de inflação	2,9	7,4	2,9	7,4	2,9	7,4
Expectativa de retorno ativos do plano	7,6	13,9	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio Saúde	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Taxa de rotatividade	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F*		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas**		A. Vindas**		A. Vindas**	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 10%.

** suavizada em 20%.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	3º trim/2017	3º trim/2016
Custo do serviço		
Custo de serviço	(101)	(85)
Custo de juros líquidos	(13.538)	(10.803)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(13.639)	(10.888)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	462	353
Ganhos e Perdas sobre o ativo	8.217	7.169
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(16.981)	(4.390)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(8.302)	3.132
Total dos componentes de benefício definido	(21.941)	(7.756)

	Plano Misto	
	3º trim/2017	3º trim/2016
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(481)	(235)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(482)	(236)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	189	76
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(1.945)	(771)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(1.756)	(695)
Total dos componentes de benefício definido	(2.238)	(931)

	Assistidos pelo Banco	
	3º trim/2017	3º trim/2016
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(1.845)	(1.913)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.845)	(1.913)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(3.889)	(1.445)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(3.889)	(1.445)
Total dos componentes de benefício definido	(5.734)	(3.358)
Auxílio Saúde		
	3º trim/2017	3º trim/2016
Custo do serviço		
Custo de serviço	(1.053)	(799)
Custo de juros líquidos	(8.206)	(5.866)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(9.259)	(6.665)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(10.273)	(5.951)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(10.273)	(5.951)
Total dos componentes de benefício definido	(19.532)	(12.616)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

Plano BD		
	3º trim/2017	3º trim/2016
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(403.246)	(366.202)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	748	788
Provisão para planos de benefício definido	(13.639)	(10.888)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(8.302)	3.132
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(424.439)	(373.170)

Plano Misto		
	3º trim/2017	3º trim/2016
Passivo reconhecido no início do período	(15.643)	(11.104)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	9	9
Provisão para planos de benefício definido	(482)	(236)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.756)	(695)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(17.872)	(12.026)

Assistidos pelo Banco		
	3º trim/2017	3º trim/2016
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(74.285)	(65.754)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	1.857	2.046
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)	(1.845)	(1.913)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.889)	(1.445)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(78.162)	(67.066)

Auxílio Saúde		
	3º trim/2017	3º trim/2016
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(241.532)	(185.971)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.566	2.422
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)	(9.259)	(6.665)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(10.273)	(5.951)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(258.498)	(196.165)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

Plano BD		
	3º trim/2017	3º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(663.321)	(580.536)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios pagos pelo plano	9.384	10.830
Custo do serviço corrente	(203)	(170)
Custo de juros	(21.946)	(16.512)
Remensurações de perdas atuariais	(33.962)	(8.779)
Decorrentes de ajuste de experiência	17.303	(2.103)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(51.265)	(6.676)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(710.048)	(595.167)

Plano Misto		
	3º trim/2017	3º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(63.874)	(55.894)
Benefícios pagos pelo plano	1.075	1.425
Custo de juros/serviço corrente	(2.109)	(1.584)
Remensurações de Perdas atuariais	(3.889)	(1.542)
Decorrentes de ajuste de experiência	1.525	(614)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(5.414)	(928)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(68.797)	(57.595)

Assistidos pelo Banco		
	3º trim/2017	3º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(74.285)	(65.754)
Benefícios pagos pelo plano	1.857	2.046
Custo de juros	(1.845)	(1.913)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(3.889)	(1.445)
Decorrentes de ajuste de experiência	316	(1.866)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(4.205)	421
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(78.162)	(67.066)

Auxílio Saúde		
	3º trim/2017	3º trim/2016
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(241.532)	(185.971)
Benefícios pagos pelo plano	2.566	2.423
Custo do serviço corrente	(1.053)	(799)
Custo de juros	(8.206)	(5.866)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(10.273)	(5.952)
Decorrentes de ajuste de experiência	9.011	1.580
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(19.284)	(7.532)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(258.498)	(196.165)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(724.895)	(696.028)	(723.130)	(697.393)	(710.048)
Valor justo dos ativos do plano	(138.831)	(138.831)	(138.831)	(138.831)	(138.831)
Superávit/(déficit) do plano	(863.726)	(834.859)	(861.961)	(836.224)	(848.879)
Varição na obrigação atuarial	2,1%	(2,0%)	1,8%	(1,8%)	
Varição no superávit/(déficit)	1,7%	(1,6%)	1,5%	(1,5%)	

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%		-0,25	+0,25	
	- 5%	+ 5%			
Valor presente da obrigação atuarial	(69.991)	(67.667)	(70.178)	(67.463)	(68.797)
Valor justo dos ativos do plano	33.054	33.054	33.054	33.054	33.054
Superávit/(déficit) do plano	(36.937)	(34.613)	(37.124)	(34.409)	(35.743)
Varição na obrigação atuarial	1,7%	(1,6%)	2,0%	(1,9%)	
Varição no superávit/(déficit)	3,3%	(3,2%)	3,9%	(3,7%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%		-0,25	+0,25	
	- 5%	+ 5%			
Valor presente da obrigação atuarial	(80.557)	(75.926)	(79.168)	(77.182)	(78.162)
Superávit/(déficit) do plano	(80.557)	(75.926)	(79.168)	(77.182)	(78.162)
Varição na obrigação atuarial	3,1%	(2,9%)	1,3%	(1,2%)	
Varição no superávit/(déficit)	3,1%	(2,9%)	1,3%	(1,2%)	

Auxílio Saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%		-0,25	+0,25	
	- 5%	+ 5%			
Valor presente da obrigação atuarial	(262.937)	(254.308)	(267.497)	(250.374)	(258.498)
Superávit/ (déficit) do plano	(262.937)	(254.308)	(267.497)	(250.374)	(258.498)
Varição na obrigação atuarial	1,7%	(1,6%)	3,5%	(3,1%)	
Varição no superávit/ (déficit)	1,7%	(1,6%)	3,5%	(3,1%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD		Plano Misto	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(436)	(386)	(4)	(3)
Montantes de Custo de juros líquidos	(30.826)	(51.421)	(1.196)	(1.649)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(31.262)	(51.807)	(1.200)	(1.652)
Montantes esperados período seguinte–Normais	3.204	3.384	38	39
Total dos pagtos esperados para o plano	3.204	3.384	38	39

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(4.558)	(3.630)
Montantes de Custo de juros líquidos	(5.556)	(9.256)	(19.881)	(26.651)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(5.556)	(9.256)	(24.439)	(30.281)
Montantes esperados período seguinte–Normais	8.155	8.788	10.385	10.408
Total dos pagtos esperados para o plano	8.155	8.788	10.385	10.408

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

No caso específico do plano BD, o Banco vem sendo onerado pelo cumprimento de sentença judicial, que determinou a complementação da folha de pagamento mensal, face a exaustão dos recursos financeiros do referido plano. No período, essa complementação totalizou R\$34.579 (R\$41.511 em 31.12.2016).

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	30.09.2017	31.12.2016
Valor da Obrigação no início do período	404.295	342.016
Atualizações	72.595	103.790
(-) Valores Pagos	(34.579)	(41.511)
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	442.311	404.295

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	30.09.2017	31.12.2016
Valor da Obrigação no início do período	732.363	719.430
Atualizações (nota nº 16.e)	54.941	84.439
(-) Valores Pagos	(58.826)	(71.506)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	728.478	732.363

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
	Liquidados - BD e Misto	(878)	(888)	(2.678)
Prev-amazônia	(2.391)	(2.420)	(7.204)	(7.238)
Total (nota nº 24)	(3.269)	(3.308)	(9.882)	(9.899)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.09.2017	31.12.2016
Saldados	728.478	732.363
Liquidados	442.311	404.295
Assistidos	78.162	71.374
Auxílio Saúde	258.498	239.950

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que encontrava-se em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O Sindicato do Maranhão contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar, mas o Sindicato pediu reconsideração do despacho que deferiu a liminar em sede de antecipação de tutela, o que foi negado pelo Relator.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA e em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06/02/2017, a área jurídica do Banco está analisando as medidas que poderão ser adotadas, visando a compatibilização da decisão do TRT 8ª Região ao texto constitucional, notadamente às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e, aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Diante do citado no parágrafo anterior, não foi possível a mensuração atuarial de modo a quantificar o montante da responsabilidade do Banco frente ao trânsito em julgado.

No período, o Banco desembolsou o total de R\$34.579 (R\$41.511 em 31.12.2016).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	30.09.2017	31.12.2016
Menor Salário	2.380,86	2.317,10
Maior Salário	24.947,94	24.280,24
Salário médio	7.495,84	7.415,93

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar e reportar as exposições à riscos relevantes para a instituição.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco, mantendo equipe dedicada e qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, no encerramento do terceiro trimestre, apresentaram saldos positivos de R\$4.091 e R\$6.152 bilhões,

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectivamente (pelos métodos de análise conservador e alternativo R\$4.518 e R\$4.361 bilhões, respectivamente, em 31/12/2016), demonstrando disponibilidade de recursos para mitigar o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de R\$9.332 bilhões, representando 86,5% do portfólio total de R\$10.785 bilhões (R\$6.858 bilhões, 83,6% do portfólio de R\$8.215 bilhões em 31/12/2016). A maioria dos recursos, 62,2% (63,4% em 31/12/2016), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez.

Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão e à vista das diretrizes de Basileia e da Resolução Bacen n.º 3.721/2009, a Instituição vem aprimorando os modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de riscos registradas no Banco, teste de relevância e *backtest* dos modelos. Ao final desse ciclo, os modelos de classificação e avaliação de risco dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para a redução do risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito, que teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender a necessidade quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis) principalmente da área de Fomento.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen n.º 3.354/2007.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR.

Em 30 de setembro de 2017, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$2.762 e R\$1.432 milhão (R\$5.116 milhões e R\$4.074 milhões em 31/12/2016), consumindo 19,1% e 14,1% do limite de referência, respectivamente (7,3% e 5,0% em 31/12/2016). Comparativamente aos limites estabelecidos na Política de Risco de Mercado, as carteiras apresentaram status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos para a carteira Banco e Tesouraria.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

O Banco está atento às alterações regulamentares como a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que consolida e aperfeiçoa as regras existentes sobre a gestão de riscos e a gestão do capital em instituições financeiras. Essa norma também trouxe um significativo avanço na área da governança corporativa, com regras que alcançam a Diretoria e o Conselho de Administração. Neste trimestre, em atenção a esta Resolução, foi aprovado pela Diretoria Executiva, o plano de ação para implementar a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital, com o propósito de agregar maior segurança aos processos de negócios.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A Carta-Circular 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.09.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência (PR)	2.640.059	2.789.907
PR Nível I	2.640.059	2.789.907
Capital Principal	2.640.059	2.789.907
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.069.305	17.351.029
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	13.960.776	14.671.067
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	16.973	34.538
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	3.091.556	2.645.424
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	768.119	780.796
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.024.158	1.041.062
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.578.911	1.713.414
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	1.871.940	2.009.110
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.615.900	1.748.845
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	15,5%	16,1%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	15,5%	16,1%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,5%	16,1%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Em 30/09/2017, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 9,25% + ACP de 1,25% e em 31.12.2016, corresponde a 9,875% + ACP 0,625%.

28 Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – Bmf/IGPM, cupom – Bmf/IPCA, cupom IGPM/Ntn-Anbima, Cupom IPCA/Ntn-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,17 em 30/09/2017 (R\$3,26 em 31/12/2016) e a taxa DI de 1 ano no nível de 8,1% a.a (13,6% a.a em 31/12/2016).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$3,96 em 30/09/2017 (R\$4,07 em 31/12/2016), e a taxa DI de 1 ano no nível de 10,2% a.a. (17,0% a.a em 31/12/2016), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$4,75 em 30/09/2017 (R\$4,89 em 31/12/2016) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 12,2% a.a. (20,4% a.a em 31/12/2016), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposições Financeiras		30.09.2017			31.12.2016		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	83	-	-	106	33.144	63.838
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	4.100	455.036	577.162	4.695	79.294	146.032
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(1)	940	1.437	(1)	2.367	4.733
Total		4.182	455.976	578.599	4.800	114.805	214.603

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços, sendo que os títulos com exposição nesse fator de risco, estão classificados até o vencimento, não incorrendo em perda contábil. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$578 milhões (R\$214 milhões em 31/12/2016) correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 5% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco

29 Demonstração do resultado abrangente

	3º trim/2017	3º trim/2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Resultado líquido do Período	(6.120)	(63.500)	6.342	21.485
Outros Resultados Abrangentes	(10.394)	(5.306)	7.753	(39.792)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(10.762)	(5.674)	6.650	(40.895)
Próprios – TVM Ajuste	13.457	(714)	25.237	2.933
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(24.219)	(4.960)	(3.528)	(43.828)
Próprios – Planos Saldados	-	-	(15.059)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	368	368	1.103	1.103
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	4.139	2.104	(5.302)	15.910
Sobre a marcação a mercado	(5.383)	285	(10.094)	(1.125)
Sobre a realização da reserva	(165)	(165)	(496)	(496)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	3.664	1.984	22.631	17.531
Sobre os Planos Saldados	6.023	-	(17.343)	-
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(6.255)	(3.202)	2.451	(23.882)
Resultado Abrangente do Período	(12.375)	(66.702)	8.793	(2.397)

30 Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.09.2017	31.12.2016
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	10.032.298	9.908.615
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	191.037	167.246
Total	10.223.335	10.075.861

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$151.408 (R\$151.408 em 31.12.2016), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI

Foi lançado, em 2016, o Programa de Aposentadoria Incentivada, que consiste em um conjunto de medidas de incentivo objetivando a rescisão do contrato de trabalho, a pedido, dos empregados que preenchessem todos os requisitos constantes em regulamento próprio, que está norteado pelos princípios da boa-fé, da transparência, e da facultatividade de adesão.

Dividido em dois períodos, o primeiro compreendeu de Setembro/2016 a Fevereiro/2017 e, o segundo, de Setembro/2017 a Dezembro/2017, encontrando-se, atualmente, em fase de análise das solicitações. O custo do programa em 2016 foi de R\$40.626.

31 Eventos subsequentes

A Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, citada na nota nº 25 - **Ações Coletivas - Ação TRT da 16ª Região (MA)** - ocorreu tramitação do processo, em 11/10/2017, com a publicação de despacho para apresentação de razões finais pelas partes.

A Previc, através da Portaria nº 1.021, de 25.10.2017, publicada no DOU de 01.11.2017, prorrogou por mais 180 dias, a contar de 01.11.2017, o prazo de intervenção na CAPAF.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores do

Banco da Amazônia S.A.

Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo relacionada à reserva matemática dos planos de benefícios liquidados e provisões para demandas judiciais

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25 o Banco mantém, em 30 de setembro de 2017, provisão no montante de R\$ 442.311 mil (R\$ 404.295 mil em 31 de dezembro 2016) que, segundo o julgamento de sua Administração, seria a melhor estimativa contábil para cobrir as prováveis saídas de recursos financeiros decorrentes da obrigação dos planos de benefícios. A determinação do montante dessa provisão levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) os valores complementares, mês a mês, referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, está procedendo ao levantamento dos potenciais impactos financeiros e de divulgações advindos dessa decisão e de outras ações ainda cabíveis no curso do processo, no mesmo contexto da mensuração atuarial referida no parágrafo anterior.

Em razão dessas circunstâncias e considerando que a Administração do Banco encontra-se em processo de conclusão dos cálculos do provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação judicial e da conclusão do processo de liquidação dos planos BD e Misto, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R\$ 442.311 mil, R\$ 43.721 mil e R\$ 48.773 mil, respectivamente, em 30 de setembro de 2017 (R\$ 404.295 mil, R\$ 49.618 mil e R\$ 52.501 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R\$ 74.095 mil, para o período findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 60.360 mil no período findo em 30 de setembro de 2016) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 30 de setembro de 2017, no montante total de R\$ 105.856 mil (R\$ 112.483 mil em 31 de dezembro de 2016).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase - Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 01 de novembro de 2017, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 13 de novembro de 2017.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2